



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**Diário da Sessão**

**XII Legislatura**

**Número: 65**

**II Sessão Legislativa**

**Horta, sexta-feira, 22 de abril de 2022**

**Presidente:** *Deputado Luís Garcia*

**Secretários:** *Deputados Marco Costa e Tiago Branco*

**Sumário**

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.*

Iniciados os trabalhos com a Agenda da Reunião, deu-se continuidade ao debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 47/XII – “Fundo Regional do Ambiente”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Assim, usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estevão (*PPM*), José Pacheco (*CH*) e o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*).

O diploma em análise foi rejeitado por maioria.

Seguiu-se a análise da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 29/XII – “Cria o Fundo de Emergência Climática”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Após a apresentação da iniciativa pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*), e no debate subsequente onde usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/a José Contente (*PS*), Marco Costa (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*Indep.*), Gustavo Alves (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), Andreia Cardoso (*PS*), Paulo Estevão (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*) e João Bruto da Costa (*PSD*) o diploma foi aprovado por maioria.

Para declarações de voto usaram da palavra os Srs. Deputados António Lima (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Por requerimento apresentado pelo proponente, e aprovado por unanimidade, o **Projeto de Resolução n.º 67/XII – “Ampliação da pista do Aeroporto do Pico”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, foi retirado.

Por solicitação do Sr. Deputado António Lima, e após votação de requerimento de baixa a Comissão, o qual foi aprovado por unanimidade, o **Projeto de Resolução n.º 90/XII – “Recomenda ao Governo Regional a negociação da taxa de juro a aplicar ao pagamento de juros de mora relativo a dívidas referentes ao fornecimento de energia elétrica”**, baixou à comissão para parecer.

Também por unanimidade foi aprovado o **Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de imunidade parlamentar para que o Deputado Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto possa prestar depoimento no âmbito do Inquérito n.º 402/21.9T9AGH;**

Após a justificação do **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 103/XII – “Isenção de pagamento de contribuições para a Segurança Social no setor agrícola”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM, seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Seguiu-se o debate do **Projeto de Resolução n.º 103/XII – “Isenção de pagamento de contribuições para a Segurança Social no setor agrícola”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

Para o efeito usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/a Bruno Belo (*PSD*), a quem coube a apresentação da iniciativa, Gustavo Alves (*PPM*), Carlos Furtado (*Indep.*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Neves (*PAN*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), José Pacheco (*PAN*), Carlos Silva (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

O diploma foi aprovado por maioria.

Também por unanimidade foi aprovado o [\*\*Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 104/XII – “Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o reforço dos meios e ações de fiscalização da Subárea dos Açores da Zona Económica e Exclusiva”\*\*](#), apresentado pela Representação Parlamentar do IL, após a justificação da urgência pelo Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*).

Aberto o debate sobre o [\*\*Projeto de Resolução n.º 104/XII – “Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o reforço dos meios e ações de fiscalização da Subárea dos Açores da Zona Económica e Exclusiva”\*\*](#), apresentado pela Representação Parlamentar do IL, usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/a Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), Salomé Matos (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Alexandra Manes (*BE*), José Ávila (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*) e ainda o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas (*Manuel São João*).

O diploma supracitado foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Rui Martins (*CDS-PP*).

O [\*\*Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 105/XII – “Estratégia agrícola regional de emergência para a produção e armazenamento de cereais”\*\*](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN, mais precisamente pelo Sr. Deputado

Pedro Neves (*PAN*), a retirada do mesmo foi aprovada por unanimidade, aquando da votação do requerimento.

Seguiu-se o debate e votação do [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 106/XII - “Medidas de apoio às famílias e à atividade económica da ilha de São Jorge na sequência da crise sismo-vulcânica”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a justificação apresentada pela Sra. Deputada Isabel Teixeira (*PS*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Nuno Barata (*IL*), Paulo Silveira (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*) e Alexandra Manes (*BE*).

O pedido de urgência foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os/as Srs./as Deputados/as Isabel Teixeira (*PS*), Paulo Silveira (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Alexandra Manes (*BE*), Pedro Neves (*PAN*) e Carlos Furtado (*Indep.*).

Para defesa da honra usou da palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*) seguido de uma intervenção por parte do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Por unanimidade foi aprovada a [Urgência da análise em Comissão do Projeto de Resolução n.º 108/XII - “Recomenda ao Governo Regional a criação de um regime transitório para os pescadores do porto da Caloura”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do CH, mais precisamente pelo Sr. Deputado José Pacheco (*CH*).

Também por unanimidade foi aprovada a urgência da análise em Comissão do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 55/XII – “Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, que estabelece a orgânica dos serviços da ALRAA”](#), apresentado pelo Deputado Independente, e a requerimento do próprio, o qual foi aprovado por maioria, após a intervenção do Sr. Deputado Carlos Furtado (*Indep.*).

Por unanimidade foi aprovada a urgência da análise em Comissão do [Projeto de Resolução n.º 110/XII – “Atualização do valor da remuneração complementar e utilização do regime jurídico de preços como forma de mitigar os efeitos da inflação na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, mais precisamente pelo Sr. Deputado António Lima (BE).

Seguiu-se a aprovação por unanimidade do [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 112/XII – “Instalação do novo cabo submarino de telecomunicações entre os Açores e o Continente”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM, não sem antes ter usado da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado (PSD).

No debate do [Projeto de Resolução n.º 112/XII – “Instalação do novo cabo submarino de telecomunicações entre os Açores e o Continente”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM, usaram da palavra os Srs. Deputados Joaquim Machado (PSD), Pedro Neves (PAN), Vílson Ponte Gomes (PS), Nuno Barata (IL), Paulo Estêvão (PPM), Carlos Furtado (Indep.) e Alexandra Manes (BE).

Antes da aprovação por unanimidade da **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de abril de 2022**, usou da palavra o Sr. Deputado Miguel Costa (PS) para proferir umas breves palavras de despedida no término do seu mandato, procedida da intervenção dos Srs. Deputados Paulo Estêvão (PPM):

*Os trabalhos terminaram às 17 horas e 55 minutos.*

**Presidente da Assembleia:** Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

*Eram 10 horas e 11 minutos.*

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada. Tem a palavra o Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** Bom dia.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Luísa Pereira Luís**

**Andreia Martins Cardoso da Costa**

**Berto José Branco Messias**

**Carlos Emanuel Rego Silva**

**Célia Otelinda Borges Pereira**

**Edite de Sousa de Freitas Preto**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Joana Pombo Sousa Tavares**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Gabriel Freitas Eduardo**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Lubélio de Fraga Mendonça**

**Maria Isabel Góis Teixeira**

**Maria Gabriela Vieira dos Santos**

**Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho**

**Marta Ávila Matos**

**Miguel António Moniz Costa**

**Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca**

**Rui Filipe Vieira Anjos**

**Sandra Micaela Costa Dias Faria**

**Tiago Alexandre dos Santos Lopes**

**Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco**

**Vasco Alves Cordeiro**

**Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**Alberto Pacheco da Ponte**

**Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental**

**António Vasco Vieira Neto de Viveiros**

**Bruno Filipe de Freitas Belo**

**Carlos Eduardo da Cunha Freitas**

**Délia Maria Melo**

**Elisa Lima Sousa**

**Flávio da Silva Soares**

**Jaime Luís Melo Vieira**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**José Joaquim Ferreira Machado**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Luís Carlos Cota Soares**

**Marco José Freitas da Costa**

**Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva**

**Maria Salomé Dias de Matos**

**Paulo Alberto Bettencourt da Silveira**

**Paulo Duarte Gomes**

**Rui Miguel Mendes Espínola**

**Sabrina Marília Coutinho Furtado**

**Vitória Alexandra Correia Pereira**

*Partido Popular (CDS/PP)*

**Catarina Oliveira Cabeceiras**

**Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto**

**Rui Miguel Oliveira Martins**

*Bloco de Esquerda (BE)***António** Manuel Raposo **Lima****Alexandra** Patrícia Soares **Manes***Partido Popular Monárquico (PPM)***Gustavo** Valadão **Alves****Paulo** Jorge Abraços **Estêvão***CHEGA (CH)***José** Eduardo Cunha **Pacheco***Iniciativa Liberal (IL)***Nuno** Alberto **Barata** Almeida Sousa*Independente***Carlos** Augusto Borges Rodrigues **Furtado**

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Secretário. Estão presentes cinquenta e seis Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, com a publicação ontem do Decreto de Lei n.º 30E/2022, de 21 de abril, e consultada a Autoridade Regional de Saúde deixou de se aplicar a obrigatoriedade do uso de máscara em espaços como a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e, portanto, fica ao critério de cada uma das Sras. e Srs. Deputados a sua utilização.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade ao ponto da nossa agenda, em que ontem estávamos. Ponto nove, Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 47/XII – “Fundo Regional do Ambiente”. Eu percebo a vossa alegria, mas temos de dar continuidade aos trabalhos. Portanto, estávamos no

ponto nove da nossa agenda. A Mesa tem uma inscrição, o Sr. Deputado Paulo Estevão.

**Deputado Paulo Estevão:** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? O Sr. Secretário prescindi também. Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Esta iniciativa, que vai ser votada agora, já sabemos à partida que foi chumbada desde o início e não era necessário sequer estarmos aqui a argumentar. Mas eu respeito, obviamente, as opiniões políticas, os posicionamentos. Tenho alguma dificuldade, mas é uma dificuldade pessoal, em respeitar alguns argumentos quando à partida esses argumentos podem ter um desvio tendo em conta a ação em si e passo a explicar. O PAN é acusado de querer fazer despesa dentro da Administração Pública, fazer com que a máquina do Governo seja cada vez maior. O IL diz que não quer fazer despesa, o CHEGA mata, mata, não há despesa para ninguém, e toda a gente diz que o problema da iniciativa do PAN é mesmo para que não haja despesa. Oitenta por cento dos argumentos foram pela despesa, o resto é que o Fundo Nacional vai fazer uma rasteira aos Açores. E tendo em conta esse argumento, que eu consigo, obviamente, respeitar, não tenho a mesma opinião, tanto que o PAN, há relativamente pouco tempo, neste Plenário, numa iniciativa do Governo para criar um instituto com direção, com ordenado, o Instituto da Vinha, que foi aprovado aqui por unanimidade, é um instituto, uma fundação. E vimos que para esse instituto já podemos aumentar a despesa da máquina do Governo, mas para um fundo do PAN já não podemos porque o PAN é que é o partido mau que quer fazer despesa. Há dois pesos e duas medidas e quando é uma iniciativa do PAN é para matar, mas quando é para fazer uma fundação ou um instituto, uma proposta do próprio Governo, para fazer despesa, tanto que foi contra a sociedade civil porque a "sociedade civil" era contra. Até há proposta de

alteração do único deputado do IL. Quem usou o único deputado do IL fazer uma proposta de alteração para conseguir que haja justiça dentro daquele Conselho Diretivo que eu apoiei. Mas aqui não é sobre o PAN, porque o PAN, obviamente, concorda que a despesa deve ser feita quando o retorno e a sua eficiência assim o exigem. Mas aqui o argumento tanto do Sr. Secretário Regional do Ambiente, neste caso a representar o Governo, tanto das bancadas do PSD, CDS, CHEGA e IL é que o PAN está a querer fazer despesa quando o Governo tem uma iniciativa, que é já a seguir... que é sem despesa absolutamente nenhuma. Mas não vamos esquecer que esse argumento cai por terra quando nós todos criámos e muito também, porque eu também votei e votaria novamente, o Instituto da Vinha. É isto que me faz confusão: há despesa para fazer, mas desde que seja o Governo, tudo o resto é maluquice se for o PAN. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(\*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Não contava fazer mais nenhuma intervenção em relação a este diploma. Como sabem a Conferência de Líderes decidiu que os dois diplomas seriam discutidos em separado, muito legitimamente e muito bem. E, portanto, fiz um esforço para não, no âmbito da discussão desta iniciativa, não abordar a iniciativa que vamos discutir a seguir e vou mantê-lo. Mas, Sr. Deputado Pedro Neves, pelo menos da parte do Governo Regional e também daquilo que entendi por parte das bancadas de suporte ao Governo, o principal argumento está muito longe de ser o aumento da despesa. O principal argumento que existe, no nosso entendimento, para chumbar este diploma é ele não cumprir com a lei vigente. Para se criar um fundo no âmbito do regime jurídico dos institutos públicos e fundações regionais, é necessário que esse seja precedido de um estudo sobre os impactos financeiros e sobre o impacto no setor. E isso não foi cumprido, ponto final. E, portanto, este é que

é o grande argumento. Depois, existem outros argumentos e que estão longe de ser ainda o acrescentar da despesa. Um argumento, para mim muito lógico, é que este fundo não acrescenta nada de novo. É mais uma estrutura que vem duplicar competências. E, portanto, já existe um fundo ambiental com aplicabilidade na Região. Este fundo é desnecessário. Depois, ainda há um outro argumento antes do aumento da despesa que tem de ver com o risco de nós podermos, de facto, perigar em não ter acesso ou deixar de ter acesso ou ter menos acesso ao Fundo Ambiental Nacional que é muito robusto. E então, aí sim, e disse bem, nós acreditamos que com este contexto não é necessário aumentar custos e criar uma nova estrutura. Portanto, é esta a ordem, do ponto de vista do Governo, das questões e das justificações que levam a não considerarmos que deva ser aprovado este Projeto de Decreto Legislativo Regional. Portanto, cumprimento da Lei, ser desnecessário, colocarmo-nos em risco de perdermos mais do que ganhamos ao nível do Fundo Ambiental Nacional e então, aí sim, o aumento da despesa. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Secretário Regional. Sr. Deputado Paulo Estevão, faça favor.

(\*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. É só para que fique aqui registado nos nossos registos dos debates parlamentares, só para algum rigor, uma vez que foi aqui referenciado, no âmbito destes debates... só deixar aqui esta informação, uma vez que a Sra. Deputada Ana Luís que agora tem uma nova, digamos assim, uma perspetiva mais energética agora em relação a esta matéria, se esqueceu de fazer esta referência ou de fazer esta correção. Dizer apenas ao Sr. Deputado Nuno Barata que foi um ilustre faialense, Eugénio Leal, que foi o primeiro Secretário do Ambiente, logo em 1988, e não em 1996 como V. Exa. erradamente referenciou. Aliás, também uma coisa curiosa: em 1996, o primeiro Governo de César não tinha nenhum faialense nas suas fileiras. É isto que é importante. É só para repor a verdade.

**Deputado Gustavo Alves:** Muito bem!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Sr. Secretário Regional, respeito aquilo que disse, apenas reitero-lhe o argumento sobre a despesa. Sobre o resto, como disse, só tenho de respeitar. Mas que fique também registado aqui, como o Sr. Deputado Paulo Estevão, quero registar duas coisas. Primeiro que também fico grato pelas palavras que deu e obviamente que a sugestão de um grande parlamentar deu, que há dez anos era exatamente como eu, apaixonado. Mas depois de dizer que eu era apaixonado ele também começou a ficar apaixonado e começou a elevar até a voz ontem, mas continua a ser totalmente igual nesse aspeto e é sempre de elevar. Mais vale isso do que sermos umas moscas mortas. Estamos aqui e acreditamos mesmo naquilo que defendemos: respeito por todos. Mas que fique registado também que o argumento e o único argumento do CHEGA foi da despesa. Aprovou o instituto, logo também pode aproveitar o fundo e este fundo também pode ser aprovado. Sr. Deputado José Pacheco, sem argumentos porque você aumentou a despesa do Instituto da Vinha, também pode aumentar este argumento você não teve mais. O IL safou-se com mais do que um argumento, vai votar a favor e isto, talvez, a gente consiga no Dia Internacional da Terra, que é hoje. De uma iniciativa que tudo tem a ver para a proteção do nosso ambiente, eu acho que sei dúvida que o deputado do CHEGA que é extremamente ambientalista vai aprovar este diploma. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(\*) **Deputado José Pacheco:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Pois o Deputado do PAN gosta de dar palco ao CHEGA, o que é que se há de fazer à vida?

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Eu digo o mesmo, Sr. Deputado. O que é que se há de fazer à vida?

**O Orador:** O senhor que vá aprender, se faz favor... já inventaram o stereo. Até já inventaram o *surround*. O senhor só ouviu metade do argumento. O que foi dito sim, concordamos que tem de haver, sim, senhor. Neste momento, não há necessidade de criar mais este porque o Governo está a criar algo semelhante com as ferramentas que tem. Aliás, isso está escrito. Consulte a página do CHEGA Açores, está lá escrito. Leia, se faz favor. Está lá escrito. Vir aqui fazer essa demagogiazinha barata comigo não pega. Vá lá e leia.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Sr. Deputado do CHEGA, eu acredito que esteja no seu site, aliás, já vi várias coisas como até o vosso próprio programa que saiu três vezes e entrou para haver umas alterações bastante cirúrgicas. Mas não é sobre isso que eu estou a falar. Você está-se a contradizer. Então se está na página do CHEGA, como é que você aprovou o Instituto da Vinha? É despesa na máquina oleada do Governo. Sem esse argumento que se contradiz a si mesmo, você consegue... a única coisa que eu quero não é estar a atacar o CHEGA. Eu só quero o seu voto porque com o seu voto o Fundo Regional do Ambiente do PAN será aprovado. Eu não estou aqui a fazer demagogia nenhuma.

**Deputado José Pacheco (CH):** Está sim. Está com meias-verdades. Uma meia-verdade é uma mentira!

**O Orador:** Estou a pedir o voto do CHEGA. O voto do CHEGA para que seja aprovado. Porque o seu voto faz a diferença.

**Deputado José Pacheco (CH):** Meia-verdade! O senhor anda com más influências!

**O Orador:** O seu voto faz a diferença, Sr. Deputado. Por isso é que isto que eu estou a pedir para que a gente consiga e você perceba relativamente a essa contradição...

**Deputado José Pacheco (CH):** Meia-verdade!

**O Orador:** Quais mentiras? Mentiras do quê?

O CHEGA votou a favor do Instituto da Vinha que tem um Conselho Executivo. O Conselho Executivo tem um presidente. Esse presidente recebe a mesma coisa que um diretor regional. É uma despesa. Os vogais têm senhas. É uma despesa, Sr. Deputado.

**Deputado José Pacheco (CH):** Tem razão!

**O Orador:** É uma despesa, Sr. Deputado. Quem deu o argumento que o PAN está aqui a fazer despesa ao Governo e depois aprova o Instituto da Vinha exatamente com uma despesa não tem argumento. Arranje outros. O Sr. Secretário tem outro e respeito e compreendo. O CHEGA não tem mais nenhum. Só agarrou nesse e ficou colado num barco afundado com esse argumento. Obrigado.

**Deputado José Pacheco (CH):** E obrigado pelos votos!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos passar à votação deste diploma Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 47/XII. Votação na generalidade. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** A proposta foi rejeitada com vinte e quatro votos a favor do PS, dois o BE e um do PAN, vinte votos contra do PSD, três do CDS, dois do PPM, um do CHEGA, um do IL e um do Deputado Independente.

**Presidente da Assembleia:** Vamos avançar na nossa agenda para o ponto dez. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 29/XII – “Cria o Fundo de Emergência Climática”. Uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional

dos Açores. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas para a sua apresentação. Faz favor.

(\*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. O planeta enfrenta um cenário de emergência climática, sendo que as alterações climáticas representam um dos principais desafios com que a humanidade se irá deparar neste novo milénio. O combate às alterações climáticas torna-se assim um imperativo e, nesse contexto, os investimentos que visem mitigar e/ou prevenir os seus impactos assumem grande relevância, sobretudo em regiões como os Açores, constituídas por ilhas de pequenas dimensões, dispersas e remotas, sujeitas, por isso, a uma acrescida vulnerabilidade aos efeitos deste fenómeno. Efetivamente, os efeitos das alterações climáticas já se têm feito sentir de forma evidente nos Açores, especialmente no que se refere à maior frequência e intensidade com estes fenómenos ocorrem, de cariz excecional e imprevisível, e que colocam em causa a segurança das pessoas e causam prejuízos materiais e financeiros avultados. São exemplos disso as intempéries ocorridas a 27 de setembro de 2021, nos Mosteiros, e a 31 de dezembro de 2021, nas Feteiras. A forma e a severidade em como a Região será afetada pelos impactos das alterações climáticas dependerá da nossa capacidade de mitigação e, sobretudo, da nossa capacidade de adaptação da Região a esta nova realidade que é, de resto, inevitável. Cabe, pois, ao Governo Regional a responsabilidade de implementar medidas que protejam pessoas e bens, aumentando a resiliência das populações das nossas ilhas face aos efeitos das alterações climáticas. É neste contexto que hoje se apresenta a Proposta de Decreto Legislativo Regional para a criação do Regime Jurídico-financeiro de Apoio à Emergência Climática que visa dar resposta às exigências atuais e futuras da Região. Com a criação deste regime, pretende-se dotar a Região de instrumentos para a implementação de medidas excecionais que, no âmbito da ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos no Arquipélago, permitam apoiar as populações

afetadas e fazer face aos prejuízos patrimoniais, visando, no imediato, minimizar os danos sofridos quando estes não sejam abrangidos por outros sistemas de apoio em vigor. Por outro lado, pretende-se também reforçar a capacidade da Região para a realização de investimentos em projetos de combate às alterações climáticas ou que minimizem os seus efeitos nas populações. Nessa medida, pretende-se que este regime apoio investimentos públicos destinados à mitigação dos impactos das alterações climáticas ou da ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos, a executar diretamente pela Administração Pública Regional ou pelo Administração Pública Local através do estabelecimento, para o efeito, de contratos ao abrigo do regime de cooperação técnica e financeira entre a Administração Regional e a Administração Local. Assim, com a aprovação deste Decreto Legislativo Regional que cria o Regime Jurídico-financeiro de Apoio à Emergência Climática, a Região Autónoma dos Açores passará a estar dotada de um instrumento que permite, por um lado, apoiar as populações açorianas vítimas de fenómenos meteorológicos extremos quando não haja enquadramento para o efeito em qualquer outro sistema de apoio em vigor, colmatando as lacunas existentes, e, por outro lado, robustecer os investimentos públicos destinados à mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas. Refira-se, por último, que se pretende que o financiamento no âmbito deste regime seja assegurado através da afetação direta de recursos financeiros provenientes da aplicação da taxa sobre a disponibilização de sacos de plástico, permitindo canalizar o provisionamento desta receita para o apoio às populações e para a prossecução das medidas estratégicas para a prevenção e mitigação dos efeitos das alterações climáticas. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, a adaptação aos impactos futuros das alterações climáticas é um objetivo que deve nortear as políticas públicas ambientais em nome do presente e do futuro das nossas gentes, da nossa economia e do nosso património. Neste Dia Mundial da Terra, com a aprovação deste diploma, será dado mais um importante passo em frente na concretização da

estratégia definida para a mitigação e adaptação dos impactos das alterações climáticas na Região Autónoma dos Açores.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Secretário Regional. Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

**Deputado José Contente:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Em boa hora, o Sr. Deputado Pedro Neves lembrou que hoje, de facto, era o Dia da Terra, Mundial da Terra, Internacional da Terra, como queiram... que teve o seu primeiro sinal em 1970 depois de um senador norte-americano chamado Nelson ter promovido um fórum ambiental, em que participaram vinte milhões de pessoas e participantes. E a partir daí havia, sobretudo, preocupações com a questão da poluição derivada dos produtos petrolíferos. O facto é que só em 2009, na Assembleia Geral das Nações Unidas, pela Resolução 63/278, é que esse dia foi criado e foi cunhado como o Dia Mundial da Terra. E aí sim, já havia outras preocupações em que se também podem inserir as questões das alterações climáticas e outras situações que hoje nós discutimos. A primeira apreciação que eu queria fazer a este diploma tem a ver com algo que tem sido vastamente falado nos últimos dias aqui também a questão das alterações climáticas. E, por isso, o Sr. Secretário, que é uma pessoa empenhada e que, de facto, até tem formação na área também, mas era preciso que esta câmara soubesse, no âmbito também daquilo que vem descrito no preâmbulo ou no proémio do diploma, o que é que o Governo tem feito em matéria de mitigação das alterações climáticas. Porque, como o Sr. Secretário sabe, anunciou aqui em sede de Plano e Orçamento várias medidas que nós não

sabemos em que ponto é que isso está. E referia três só. A primeira tem a ver com a conclusão do Roteiro para a Neutralidade Carbónica que é uma medida importante e convém que a esta câmara saiba o que é que o Governo está a fazer sobre isso ou se já fez alguma coisa. A segunda questão tem a ver também com outra importante ação que foi anunciada e que é preciso saber o que é que foi feito em matéria de cartografia de riscos para a mitigação das alterações climáticas. E a terceira - pelos vistos, ainda não está nada feito, de acordo com uma notícia recente - é que tipo de apoios é que o Governo já deu às autarquias para poderem elas próprias também ter o seu Plano Regional de Alterações Climáticas, uma vez que soubemos, há poucos dias, que só a Vila Franca do Campo é que tinha avançado com isso. E, portanto, o Governo já também pensou, nesta fase, em ter algum tipo de cooperação com as autarquias dos Açores para que elas promovam esse tipo de situações em termos de concelhias para tentarmos saber se, de facto, isso também faz parte da estratégia regional do Governo para estas áreas? E, portanto, sob o ponto de vista de uma apreciação muito geral, ainda sem entrar na especialidade, ficam estas questões para o início da discussão deste diploma. Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(\*) **Deputado Marco Costa:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Não nos vamos repetir naquilo que são muitos dos argumentos apresentados e a apresentação do Sr. Secretário. Muita da nossa leitura é feita por oposição ao que foi a leitura que fizemos na iniciativa anterior, mas gostaríamos de destacar aqui um fator que achamos importante: o fator transparência e equidade na atribuição dos apoios daqueles que foram usados em situações extremas. Todos nós sabemos que ao longos dos tempos, faz parte de qualquer nota de discricção da nossa Região, todas as contrariedades que todos os açorianos tiveram expostos e com os quais os

seus Governantes tiveram de lidar, mas também é justo que se diga, nesta altura, que, muitas vezes, tiveram de se enviesar caminhos para tentar resolver situações que ocorreram em situações excepcionais. Portanto, esta é uma leitura que queremos aqui dar da nossa perspetiva principal sobre o que aqui é proposto. Uma perspetiva de equidade e transparência na resolução daquilo que são ocorrências como aquela que ocorreu já este ano em São Miguel, em algumas povoações, e que levou a perdas de bens patrimoniais. Depois, dar nota daquilo que foram as propostas de alteração que aqui apresentámos e que refletem também a informação que consideramos que deve ser pública, publicada e informada à Assembleia. E, portanto, são estas as notas principais que apresentamos. Somos de acordo, claramente, com este regime jurídico que é apresentado. E, portanto, achamos que é um instrumento que vem ajudar o Governo Regional e que vai ao encontro da solução de problemas dos açorianos em concreto. Muito obrigado.

**Voices de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. A Mesa neste momento não tem mais inscrições. Sr. Deputado Rui Martins.

(\*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. O Grupo Parlamentar do CDS, obviamente, vê com agrado a criação deste sistema de apoio para este fundo de emergência climática que, no fundo, é um sistema de apoio como, aliás, acho que está no objeto do diploma que o Governo apresentou a esta casa, que diz logo no ponto dois que é um sistema de apoio que visa dar resposta a uma série de situações que nós consideramos que poderão não ter uma resposta tão imediata do Fundo de Emergência Ambiental, do Fundo

Ambiental Nacional, que é efetivamente um fundo robusto, mas que em situações em que não seja declarada calamidade pública ou situações gravosas poderá ser um instrumento não tão ágil ou pelo menos às vezes de difícil demonstração, e de apuramento de dívidas ou de investimentos. E, assim, o Governo Regional fica com um instrumento que tem um financiamento e também saudamos o facto de se canalizar o financiamento de uma taxa que é a taxa que é cobrada pela utilização de sacos de plástico que, obviamente, não sendo ou sendo insuficiente haverá outra canalização de fundos, mas que à partida já garante que para aquilo que são situações imediatas e de pequena monta do ponto de vista de um orçamento, mas de grande monta para os cidadãos açorianos como foi estas situações que vimos agora nas Feteiras e nos Mosteiros. E, assim, este instrumento vai permitir dar uma resposta imediata e poder-se ressarcir os açorianos das suas perdas. Por isso, também fizemos algumas propostas de alteração que, como disse o Deputado Marco Costa, aqui realçar este aspeto de haver um relatório que é trazido a esta casa para que possamos todos também ir acompanhando a efetividade da utilização deste fundo e deste sistema de apoios e a resposta que dá à nossa sociedade. Por isso, vemos com muitos bons olhos esta proposta. Vai um bocadinho ao encontro também daquilo que é o que esta Secretaria e este Governo se propôs desde o início que é arranjar ferramentas e instrumentos que possam de alguma forma mitigar e colmatar prejuízos que advenham das alterações climáticas. Por isso, muito obrigado, Sr. Secretário, pela proposta e nós cá estamos para a aprovar. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)*

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

**Deputado José Contente:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Esta minha segunda intervenção é para entrar um

pouco mais no objeto do diploma e no seu articulado. E nós, neste momento, estamos a discutir aquilo que é a proposta inicial do Governo que é o Fundo de Emergência Climática.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E o senhor não ficou nada contente com isso?!

**O Orador:** E isso, depois de algumas conversas não do espírito santo de orelha, mas talvez de corredor, foi alterado *in extremis* para sanar várias contradições que essa expressão continha...

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):** Não senhor!

**O Orador:** ... e encerrava ao assumir o dito Fundo de Emergência Climática. Se não vejamos, o Sr. Secretário disse há pouco que o diploma do PAN não tinha nenhum estudo financeiro que informasse a existência do fundo do PAN, mas o Fundo de Emergência Climática, que se saiba, também não tem nenhum estudo que informasse o Fundo de Emergência Climática. Das duas uma: ou o Governo, como estava no diploma, deveria ter chamado, como vai chamar agora depois das alterações propostas, Regime de Apoio Financeiro a estas questões ou então não chamava fundo. Porque quando chamou fundo automaticamente entrou em contradição com aquilo que dizia que o Sr. Deputado Pedro Neves, ou seja, não tinha estudo de capacidade financeira ou averiguação financeira na existência do fundo. Em segundo lugar, há várias outras contradições. Por exemplo, no artigo segundo o Fundo de Emergência Climática, que é como está ainda, não é, não tem personalidade jurídica. Ora, o que é que diz o Decreto Legislativo Regional, de 2007, sobre a existência de institutos e sobre a criação de fundos? É que eles devem ter personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e todo este diploma chamado fundo do Governo Regional contradizia todas essas questões. E, portanto, o Governo Regional chama fundo, como eu disse ontem, a uma coisa que não era fundo. E ainda por cima contrariava naquilo que chama fundo tudo aquilo

que vem no diploma que regula a existência dos fundos. Ó Sr. Secretário este, de facto, era um diploma de grande afundação...

*(Risos do Deputado António Lima)*

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Afundação era aqui há 2 anos atrás!

**O Orador:** ... para além da questão legítima naturalmente se acudir a situações de calamidades e que o Governo Regional quisesse. Mas eu faço notar aqui outra coisa, Sr. Secretário, é que neste momento este fundo que já não é fundo é regime financeiro... quer dizer, ainda é porque não foram aprovadas as alterações e que deram entrada ontem à noite.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Nem o diploma foi aprovado!

**O Orador:** Mas o diploma que aqui está em causa não resolve ou pelo menos não é o diploma que de algum modo vai sanar todas as questões. Uma vez que já há muitos instrumentos na Região Autónoma dos Açores e já houve muitas calamidades em que os Governos Regionais acudiram às pessoas, olhe, como o Fundo de Socorro Social. Não é? Com outros mecanismos nas várias secretarias que podem acudir essas situações. Eu percebo que, no âmbito do chapéu de chuva que é alterações climáticas, haja agora essa possibilidade de congregar num departamento do Governo algumas dessas situações. Mas o que eu lhe queria dizer ao Sr. Secretário é que, efetivamente, como isto estava mal elaborado no início, mal construído, era uma situação que não configurava fundo nenhum e agora sim, depois de entrarem algumas alterações que foram propostas também por alguma exigência, provavelmente dos partidos que achavam que os empresários ficavam de fora e, por isso, é que entraram as pessoas ou entidades com personalidade jurídica com interesses coletivos, nomeadamente as empresas que não estavam previstas no diploma inicial. Portanto, este diploma enfermava de graves lacunas e de graves contradições. E tanto é assim que teve de alterar o seu nome de fundo para regime financeiro porque isto é um

regime financeiro e não um fundo. Porque isto é um regime financeiro de apoio e, portanto, não devia ter o nome de fund! Mas não pensem que ficou tudo resolvido. É que as propostas de alteração que foram introduzidas só resolvem uma parte do problema e nós, atempadamente, depois haveremos de dizer o que é que o Grupo Parlamentar pensa que ainda ficou fora dessas propostas de alteração. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Pela segunda vez, debatemos uma proposta que tem a ver com a área ambiental. Desta vez, ainda designada também por Fundo de Emergência Climática. Ora, a emergência ou as diversas emergências ligadas ao clima merecem resposta a vários níveis. Por um lado, uma resposta que é estrutural, uma resposta na alteração também ao nível da energia, é ao nível da economia na transição energética que é necessária e depois há um conjunto de respostas também não só de mitigação dos impactos das alterações climáticas, mas também por medidas que são sempre necessárias e continuarão a ser e, possivelmente, com maior frequência e intensidade de mitigação e de resolução de problemas causados pelos desastres naturais que essas mesmas alterações climáticas irão tornar, certamente, mais frequentes e muitas vezes mais intensos e para eles temos de estar preparados. Esta proposta do Governo Regional com diferenças substanciais foi uma resposta clara não tanto à necessidade, mas é uma proposta que já debatemos neste Plenário da iniciativa da representação parlamentar do PAN. Ou seja, foi uma resposta que o Governo encontrou, legitimamente, tem um caminho diferente, no entanto, tenta fazer crer que esta é uma medida que permite mais alguma

celeridade, eventualmente, aliás, como o próprio preâmbulo refere, dizendo que pretende fazer face aos prejuízos causados às populações, visando no imediato minimizar os danos por elas sofridos. Essa rapidez não é, de forma alguma, conseguida através desta proposta. Aliás, basta ver que o processo de decisão é longo e burocrático. Passa por três entidades diferentes: por uma comissão de análise, pelo membro do Governo Regional com tutela do fundo, ainda fundo, e, finalmente, pelo Conselho do Governo. Ou seja, a resolução imediata de que se fala não vejo como é conseguida através desta proposta. Aliás, uma das vantagens que poderia existir de existir um fundo com personalidade jurídica seria, exatamente, essa mesma rapidez de decisão e rapidez de implementação de medidas. E isso não é conseguido com a proposta do Governo porque, de facto, cria um conjunto, mal ou bem, mas é, de facto, um inconseguimento. Por um lado, diz que quer ser imediato, por outro lado cria uma série de camadas de decisão que não garantem essa rapidez. Cabe também dizer que este fundo, como já foi referido, não é um fundo. Não cumpre com o regime jurídico que diz respeito a esse tipo de estruturas e é um mecanismo que, de facto, acrescenta uma camada de burocracia que ...

*(Risos do Deputado Paulo Estêvão)*

... está completamente em contradição até com aquilo que o Governo defende. Mas aí é um pormenor, de facto, curioso. Mais importante do que isso, porque essa camada de decisão se for bem oleada até poderá funcionar ou poderia funcionar se esse fundo fosse aprovado ou for aprovado.

No entanto, há aqui questões que nos parecem de maior gravidade. Por exemplo, não nos parece aceitável que este Decreto Legislativo Regional, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional permita que o Governo altere, por resolução, as verbas do Plano. Ou seja, uma lei que o Governo quer aprovar aqui dá uma autorização ao Governo para alterar o Orçamento. Bem,

isto não se tem dúvidas da sua legalidade, mas não me vou meter por aí. Agora, do ponto de vista político, pedir ao Parlamento que autorize o Governo a alterar as verbas do Plano sempre que entender não nos parece um bom princípio. De forma alguma, não nos parece um bom princípio. Mas eu percebo essa decisão. É porque o Governo atribui como receita deste fundo uma receita que é mínima. Que provém da receita dos produtos de plástico, das taxas de produtos de plástico que é uma receita muito pequena para a ambição deste fundo, que pretende não só apoiar investimentos na área da mitigação das alterações climáticas, como responder a emergências. Ora, como é que um pouco mais de trezentos ou quatrocentos mil euros por ano, e que fosse um milhão de euros por ano, o Governo vai fazer investimentos e financiar investimentos públicos e como é que vai atender a catástrofes naturais que, por vezes, de uma só vez causam prejuízos de milhões de euros? Ora, não nos parece que essa resposta seja, de facto, a resposta mais adequada porque quando nós estamos a falar de catástrofes, o prejuízo é sempre imprevisível. Podemos estar a falar de cem mil euros, como podemos estar a falar de cinquenta milhões de euros, muito rapidamente. Como sabemos o fundo é para isso. O fundo é para isso. Por isso, esta solução é uma solução, de facto, que não traz benefício nenhum, ainda por cima da forma como está. Do ponto de vista formal, para mesmo um tiro ao lado. Porque em situações excecionais são necessários apoios excecionais, medidas excecionais e que esta proposta não pode, de forma alguma, resolver nem prever. E nem poderia porque ninguém consegue fazê-lo. Sobre as propostas de alteração da coligação, lá iremos durante o debate da especialidade. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. Faça favor, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Sr. Deputado António Lima, não é nem nunca foi pretensão deste Fundo

resolver os problemas todos relacionados com as alterações climáticas. Para isso, existem outros instrumentos e outros mecanismos. Este é um sistema de apoio para ativar quando todos os outros sistemas de apoio em vigor tiverem sido esgotados. E parece-me que isto é muito claro. Portanto, ele não precisa de ter nem cinco nem seis nem sete milhões, ele precisa de ser ativado quando nenhum outro instrumento for possível. Portanto, quando não houver outro enquadramento. E por falar em enquadramento, por vezes, existem apoios a pessoas que têm perdas, que têm danos patrimoniais que nós não as podemos ajudar porque não existe enquadramento. E é exatamente isso que está a ser criado. Um enquadramento, um sistema de apoio. Depois, Sr. Deputado José Contente, com todo o respeito que merece, naturalmente, e consideração, já ontem e eu fiz um esforço para não entrar nisso porque não era essa a discussão, o senhor teve um jogo de palavras com fundo, fundinho, fundilho, não sei mais quantas coisas lhe chamou. O senhor pode-lhe chamar o que o senhor quiser, mas o que está desde o início neste diploma, no artigo segundo, é que o Fundo de Emergência Climática, originalmente, é um sistema de apoio que visa dar respostas as seguintes situações. Ponto final.

**Deputado Rui Martins:** Muito bem!

**Deputado José Contente:** Isso é ilegal!

**O Orador:** Sempre foi, mas o Sr. Deputado não se incomode com o nome que lhe foi dado para já. Já ontem também havia uns Srs. Deputados que diziam que o Governo tinha-se apressado a fazer uma alteração. O Governo não fez alteração nenhuma. O Sr. Deputado José Contente sabe muito bem que quem faz alterações são os Grupos Parlamentares, não é o Governo, e que legitimamente fazem as propostas que tiverem que fazer. Mas sabe uma coisa? Sr. Deputado José Contente. Sr. Deputado José Contente, em lado nenhum neste diploma está dito que isto era gerido ou criado ao abrigo do regime jurídico dos institutos públicos e fundações regionais. Em lado nenhum. Sempre foi o que foi. Um sistema de apoio. Ponto final. Portanto, se o senhor faz com o fundo ou sem ser com o fundo, não faz me diferença

absolutamente nenhuma para a finalidade deste projeto. Depois, o Sr. Deputado José Contente também está muito preocupado com os *timings* dos projetos do Governo Regional. Sr. Deputado, não fique preocupado com os projetos do Governo Regional. Não o vi preocupado quando o Plano Regional das Alterações Climáticas levou cinco anos a ficar concluído,...

**Vozes de alguns deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** ... quando devia ter sido concluído em dezoito meses. Aí não lhe vi preocupação absolutamente nenhuma. E também lhe quero dizer outra coisa: os projetos que o Governo Regional anunciou no âmbito do REACT são para executar em 2022 e 2023. E também gostaria de lhe dizer já agora que as candidaturas estão prontas e submetidas onde deviam estar, portanto, na Direção Regional de Planeamento e Fundos Estruturais. E não são só aquelas que o Sr. Deputado falou, são mais. Há o Sistema de Alerta em Bacias de Risco da Região, tem o projeto para melhoria da localização e conhecimento das turfeiras, tem o projeto da cartografia que o senhor falou. Tem muitos, muitos projetos, incluindo o Roteiro para a Neutralidade Carbónica a executar em 2022 e em 2023. E a execução nós veremos para o fim do ano. Muito obrigado.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(\*) **Deputado José Pacheco:** Sr. Presidente, muito obrigado. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. É importante que os açorianos percebam e percebem onde vivemos. No último mês não... a natureza tem nos lembrado... nos últimos tempos, temos tido uma série de eventos naturais que nos relembram, constantemente, que temos de ser mulheres e homens de fibra porque vivemos numa sociedade... ou numa terra, ou numa geografia que volta e meia prega-nos umas partidas. É importante que tenhamos sempre, como se diz, como diz o bom povo, um pé-de-meia, uma coisinha guardada no canto na gaveta que nos possa proteger nessas alturas. E o CHEGA acompanha essa proposta com as devidas alterações porque é assim que deve ser, que é assim que se faz. Os senhores que estavam acostumados a ser arrogantes e a mandar sozinhos, estes senhores que também queriam ser iguais aprenderam que o diálogo tem de ser constante.

**Deputado Pedro Pinto:** Desculpe! Não percebi essa!

**O Orador:** As coisas conversam-se e isto é que é a democracia. Isto é que é o funcionar das coisas. Isto é que é o contributo de cada um. Caso não fosse, eu não seria coerente e chumbaria tudo. E até novembro ficaríamos aqui a chumbar... aliás, já estávamos todos a caminho de casa. Seria muito mais rápido. Eu acho estranho é que estranhem a democracia a funcionar. Isso é que eu acho estranho. Os açorianos não acham nada estranho que se tenha uma forma transparente de fazer as coisas, que se perceba em cada momento em que se tiver de acudir, onde é que está, de onde é que sai, quem foi que deu e para onde foi. No passado, não sei se isso era assim tão transparente. Agora as coisas têm de funcionar. Que tem uma forte inspiração no diploma anterior, ah pois tem. Disto ninguém tem a menor dúvida. Mas pronto. Para quem está em casa, para os açorianos o que é que interessa? Este carnaval político...

**Deputado Rui Anjos:** Para si é um circo!

**O Orador:** ... ou é as coisas acontecerem? É as coisas acontecerem. É o acontecer. E é isso que é importante. Agora, nós não podemos continuar a

viver... e há muito mais para fazer nesta área, do que andar com cartazes "Viva o ambiente!". Há muito para fazer nesta área do ambiente. Nós precisamos, cada vez mais, de ter um Governo que também tenha esta sensibilidade. E fico satisfeito, se houve inspiração de fazer qualquer coisa nesta área, muito bem. Muito bem. Os Governos governam e nós estamos aqui para fiscalizar.

**Deputado Pedro Neves:** Fazer iniciativas!

**Deputada Alexandra Manes:** Sim, sim. E para fazer iniciativas.

**O Orador:** Se é para nós governarmos, votam em nós. Muito bem. Os senhores só se lembram das más-línguas, mas vão aprender. Há de haver um dia. Eu da minha parte e da parte da organização que representa o CHEGA sinto-me confortável com o que aqui está. Penso que se pode melhorar e penso que se pode fazer muito mais. É um passo firme que estamos a dar dentro daquilo que são as competências de uma Secretaria, dentro daquilo que cabe, ao contrário da proposta que nós víamos virtualidades, que a tinha precedido, mas há aqui uma ferramenta nova e esta ferramenta nova nós temos de usar e vamos usar. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(\*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. No Dia da Terra, em boa hora, Portugal deixou de poluir com tanto plástico dessas coisas. Legislar na esteira da casuística não é coisa que seja boa de fazer. Todos nós sabemos. No entanto, também sabemos que faltava e ainda falta que não está aprovado, na Região Autónoma dos Açores, um regime jurídico-financeiro para acudir àquelas pequenas coisas, como o Sr. Secretário bem referiu, e que nós sabemos bem o quão difícil é. E quantas vezes tinham de ser encontradas pelos Governos soluções com menos lisura, embora de boa intenção. Ninguém está aqui criticando a intenção. Mas coisas menos claras, recorrer a uma IPSS que ia comprar um frigorífico para acolher uma família e depois o dinheiro havia de chegar àquela IPSS. E outras coisas

desse género que era preciso fazer para, de facto, acudir àquela família a quem a lama entrou pela porta da frente e saiu pela porta de trás. E um outro sem número de coisas que como sabemos no caso recente que, cujas esteiras estamos aqui a tentar resolver o problema, aconteceu nos Mosteiros e nas Feteiras e que estão por acudir. Ora, para evitar estas tais soluções e aquelas decisões tomadas arbitrariamente, em bom tempo, os Grupos Parlamentares do CDS, do PSD e do PPM introduziram algumas alterações, mas isso falamos já na especialidade. Ora, o Governo tendeu aqui introduzir alguns mecanismos também de autocontrolo na concessão destes apoios. E isto fez confusão ao Bloco de Esquerda.

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Exato!

**O Orador:** Burocracia chama o Sr. Deputado António Lima. Nós sabemos como é que nos países comunistas que são do agrado do Sr. Deputado António Lima, essas coisas se resolvem.

*(Risos do Deputado António Lima)*

**Deputado António Lima:** Já leu o diploma?! Não leu.

**O Orador:** Resolvem-se no politburo, no comité central. Nem chegam a ser resolvidas no Governo. É no comité central que essas coisas se resolvem.

**Deputado António Lima:** Já leu o diploma? Não leu!

**O Orador:** A Iniciativa Liberal, nesse sentido, eu diria que sem a proposta de alteração apresentada pelos partidos da coligação estaria ao lado daqueles que vão votar contra este diploma.

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Muito bem, Sr. Deputado!

**O Orador:** Com uma participante desta proposta de alteração dos partidos da coligação, que será discutida na especialidade, porque também ela encerra alguns problemas, a Iniciativa Liberal está ao lado do Governo neste diploma. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(\*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Eu ia intervir para esclarecer o Sr. Deputado José Contente relativamente à questão do Fundo, mas eu acho que o Sr. Secretário já foi bastante claro,...

**Deputado José Contente (PS):** Ah foi?! Não me pareceu. Na criação de estruturas...

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem! É uma reunião de condomínio?

**O Orador:** e que a realidade é essa. O senhor podia-lhe chamar Fundos para a Emergência Climática, Envelope Financeiro, Mealheiro, uma vez que até a taxa é a pouco e pouco com os sacos de plástico. É o Mealheiro para a Emergência Climática. A realidade é que o senhor ao ler o documento não encontra a criação de uma estrutura,...

**Deputado Gustavo Alves:** Muito bem!

**O Orador:** ... não vê a criação de uma personalidade jurídica. São ou não são fundos para acatar e para colmatar problemas que advêm das emergências climáticas? São fundos e, além disso, está bastante explícito logo no seu objeto a dizer que o fundo é um sistema de apoio. E se o fundo é um sistema de apoio não é um fundo da maneira que o Sr. Deputado José Contente quis aqui ver em toda a sua intervenção baseada numa contradição insanável que na verdade essa contradição insanável só existiu na sua leitura e não existia no documento. Depois, por outro lado, e como este fundo, é um sistema de apoio, o Deputado António Lima e também agora, entretanto, na intervenção que me precedeu já foi abordado um bocadinho este assunto, mas a realidade é essa. O Sr. Deputado diz que o fundo não tem robustez financeira porque são não quantificáveis à priori o que é que são os impactos de um desastre ambiental e falou em cinquenta milhões, por exemplo. Haver uma despesa de cinquenta milhões. Então, o próprio Fundo Ambiental que discutimos

anteriormente ia ter algum financiamento dentro dessa ordem de grandeza? Não, não tinha. As verbas que lhe estavam consignadas da taxa turística são muito, muitíssimo aquém, aliás, na ordem dos trezentos mil euros, e o resto vinha de onde? Do orçamento regional? Cinquenta milhões de euros do orçamento regional. Era isso que o senhor propunha? Não ouvi essa proposta ontem. E depois a questão é: nós temos vários instrumentos para acudir à mitigação de efeitos das alterações climáticas e um deles é, obviamente, aquele que foi a grande razão para não aprovarmos o documento que votámos anteriormente que é a existência de um Fundo Ambiental muito robusto com cerca de mil e quinhentos milhões de euros. Ou com potencial de alcançar este ano mil e quinhentos milhões de euros. E isso é, absolutamente, estratosférica face àquilo que é a capacidade da Região consignar fundos dessa grandeza para este tipo de problemática e mitigação e a Região sozinha nunca o conseguiria fazer. E, por isso, como esse fundo já existe, não se vai criar aqui uma duplicação de estruturas. Não se vai gastar dinheiro na criação dessas estruturas. E depois isto leva-me, então, à pergunta. Como é que o fundo decide? O Sr. Deputado António Lima diz que é burocracia porque vai haver uma comissão de avaliação, depois há o secretário ou alguém na tutela dentro da estrutura que vai verificar e que leva o Sr. Secretário isso a Conselho de Governo e o Conselho de Governo decide. E isso é burocracia. Isso é uma burocracia tremenda. O Conselho do Governo, não sei, reúne duas vezes por ano, talvez. Não sei quantas vezes é que reúne. E é exatamente o imediatismo. O que eu lhe pergunto é: como é que o senhor recorre ao Fundo Ambiental? O senhor telefona para o gestor do fundo e ele transfere-lhe o dinheiro, não é? É isso? Gostava de saber. É como dizia aqui o Sr. Deputado Paulo Estevão há pouco é o quê? É uma reunião de condomínio, é? É o comité central. As coisas não funcionam assim. Não me parece que funcionem assim. E depois a outra questão que contradiz... quer dizer, por um lado, é uma burocracia porque é preciso avaliar primeiro o que é que aconteceu e depois levar a Conselho de Governo. Por outro lado, então agora

o Governo vai transferir dinheiro quando quiser para o fundo? O Governo passa a ter autoridade e autorização para fazer alterações... para financiar o fundo, alterando verbas do Plano. Então quer dizer, o que é que nós queremos? Não é resolver o problema às pessoas de forma imediata? Então a partir do momento em que o Conselho de Governo diz que sim, senhor, que se verificam... se verifica uma situação de dano das pessoas, das comunidades e que não há outra maneira de repor esse dano senão através deste sistema de apoio e se o sistema de apoio não tiver dinheiro, não acha bem que o Governo possa canalizar para lá as verbas necessárias para resolver o problema às pessoas? É a pergunta que lhe deixo. Muito obrigado.

**Deputado Gustavo Alves e Deputado Paulo Estevão (PPM):** Muito bem!

**Deputado José Pacheco (CH):** É o Comité Central!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Bem, há alguma perplexidade da minha parte relativamente a todo este assunto quando há pouco o Sr. Secretário Regional disse que em certas situações não havia enquadramento jurídico para resolver o problema. Pois, realmente, como o Sr. Deputado Nuno Barata disse e bem, muitas vezes era preciso arranjar outras soluções legítimas, do ponto de vista da justiça, mas que não tinham o dito enquadramento jurídico. A pergunta fica... mais de quarenta anos de Governo Regional, onde o estive o PSD demorou muitos anos, depois teve o Partido Socialista durante muitos anos e depois, agora, volta outra vez para o PSD. A coligação já dura há mais de um ano. E depois tem de aparecer um deputado em representação parlamentar que não é Governo nem parte dele e

que apresenta um fundo para resolver uma situação que... que por inércia de mais de quarenta anos de governação ainda estava por resolver. Uma coisa básica na nossa sociedade que é fazer justiça para com aqueles que perderam bens seus, muitas vezes, parte das suas moradias ou o recheio delas, e que estava aqui à espera de situações manhosas ou situações que não têm o tal enquadramento jurídico para serem resolvidas. Ora bem, o diploma apresentado pelo PAN se não foi aprovado pelo menos teve a bonomia de trazer esse assunto aqui. Para que deixássemos de falhar, do ponto de vista, que falhámos até agora para com a sociedade de resolver essas situações. Realmente, esse é que é o ónus da causa, então, andamos há mais de quarenta anos à espera de arranjar uma rúbrica para pagar um frigorífico ou uma máquina de lavar, ou uns cobertores ou uma cama de pessoas que perderam por razões que lhes são completamente alheias e que andavam aqui meses e semanas à espera que fosse resolvido de forma legal e pronta. Sinceramente, aos açorianos não lhes interessa que tenha o nome de fundo ou regime jurídico, ou Maria Auxiliadora. O que lhes interessa é que o problema fique resolvido. E já vai tarde. Portanto, já vai muito tarde. Infelizmente, teve de ser o Deputado de uma representação parlamentar a trazer esse assunto aqui a esta casa para, finalmente, ficar resolvido. Parabéns, Sr. Deputado Pedro Neves. Se calhar o senhor devia fazer parte do Governo porque, se calhar, já tinha trazido esse assunto à baila há mais tempo. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

**Deputado José Contente:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Vou ter de voltar a reiterar a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que não é de somenos dizer, como o Sr. Deputado Rui Martins quis ou procurou dizer que o Sr. Secretário já tinha explicado o fundo ou não fundo, mas isso é tão importante que as representações parlamentares tiveram de fazer uma proposta de alteração para mudar o nome do fundo que não era fundo. E, portanto, isso não faz sentido

nenhum, Sr. Deputado. Isso é uma contradição, logo à partida, com a sua argumentação inicial. Portanto, se isso não tinha importância nenhuma, continuava a ficar fundo e não faziam a proposta de alteração para pôr regime financeiro que é o que devia ter sido desde o princípio. Ó Sr. Deputado, isso aí nós não aceitamos esse tipo de argumentos. Depois, aquilo que nós dissemos e reiteramos é que de facto um fundo não autónomo e não personalizado é um mero instrumento financeiro. Por isso é que os senhores fizeram a proposta de alteração e, portanto, esta coisa de vir agora aqui dizer: "O Partido Socialista está a ser esquisito porque não queria que se chamasse fundo." Não. Nós aduzimos mais do que bastas razões para, de facto, haver mudança de nome. E os senhores tanto concordaram que até fizeram a proposta de alteração para alterar esse regime financeiro.

**Deputado Berto Messias:** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, não fomos que entrámos em contradição e os senhores sanaram muito bem. Portanto, mas é preciso que isso fique claro que é para não haver aqui esta coisa de pensar que "O Partido Socialista agora está esquisito com a designação de fundo". Não é. Isto não é uma questão menor. É questão que colidia, efetivamente, com o Decreto Legislativo Regional de 2007, se não os senhores não tinham mudado o nome. Bom. Depois, também é preciso esclarecer aqui algumas coisas que eu ouvi. É que os Governos anteriores, de facto... até os Governos do Dr. Mota Amaral, provavelmente, não sei como é que davam isso, mas havia algumas situações de acudir e que não eram com subidas às escadas do Palácio de Sant'Ana, penso eu, para acudir aos pobrezinhos. Portanto, não era assim que as coisas se passavam, penso eu.

**Deputado Joaquim Machado:** Isso é um pensamento muito baixinho!

**O Orador:** De resto, o Sr. Deputado Nuno Barata falou em alguns tormentos financeiros aqui, mas já houve fundo de socorro social que acudia algumas situações...

**Deputado Paulo Estêvão:** Ou seja, vocês fizeram algumas malandrices, mas nós estamos aqui para corrigir!

**O Orador:** ... que tem a ver com os problemas mais imediatos das pessoas em matéria de solidariedade social e, portanto, já havia instrumentos financeiros. Ou seja, não é por isto aparecer agora aqui com trezentos mil euros que a coisa se resolve. E mais. Como toda a gente sabe, a Região passou por várias situações calamitosas durante alguns anos e o Governo, e bem, os Governos, e bem, inscreviam nos Planos e Orçamentos, uma rubrica ligada às calamidades em que algumas secretarias onde, normalmente, havia problemas ou que tinham de ser continuados a resolver nos anos seguintes e isso estava devidamente aprovado e resolvido aqui pela Assembleia Legislativa Regional. E nós, nessa altura, ou aqueles que faziam parte do Governo não tinham o célebre artigo quinto que V. Exas. têm agora e parece que o Deputado Nuno Barata não acha muito piada e com razão para poder transferir de secretarias para secretarias sem dar cavaco à tropa aqui da Assembleia. E, portanto, chamando isso de transparência a esses processos que é uma coisa curiosa e que serviu, por exemplo, já que estamos aqui a talhe de foice, para que a execução financeira de 2021 tivesse sido muito alta, mas a execução material de muitas ações, algumas, Sr. Deputado Regional do Ambiente, algumas suas que tiveram execução baixa. E, portanto, toda a gente sabe também como é que há algumas execuções financeiras...

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** A execução foi de 80%, Sr. Deputado!

**O Orador:** Algumas execuções financeiras foram feitas. Nós sabemos como isso é feito. Algumas ações que ficam a zero ou que ficam a metade e elas são pagas em outras situações que necessitam mais de dinheiro. Essa engenharia financeira de execução do plano, há aqueles que têm alguma experiência, não vale a pena vir para aqui tapar o sol com a peneira porque toda a gente sabe esse tipo de situações como é que ocorrem e porque é que ocorrem. E, por isso, nem é isso que nos interessa agora chamar a atenção, mas é preciso dizê-

lo, neste momento, de que este diploma teve algumas contradições como nós chamamos a atenção deste do início e, efetivamente, o fundo de emergência climática,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Ou seja, vocês fizeram algumas malandrices, mas nós estamos aqui para corrigir!

**O Orador:** ... por exemplo, no artigo terceiro onde diz que "É atribuído ao departamento do Governo Regional com competência em matéria de ambiente". Se isto fosse um fundo, não podia estar aqui. Porque... o que rege os fundos é, exatamente, não haver dependência direta de um membro do Governo. Nós só quisemos chamar a atenção e penso que o fizemos bem. E tanto o fizemos bem que os deputados que apresentaram a proposta de alteração retiraram o nome de fundo. E, portanto, o problema não era do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. É de quem tinha o nome inapropriado para um instrumento financeiro que, efetivamente, tinha outras preocupações. Mas ainda restam mais algumas que haveremos de falar quando der entrada as propostas e que ainda não ficou tudo resolvido com essa vossa capacidade in extremis de introduzir propostas, nomeadamente para que tivessem o apoio parlamentar da Iniciativa Liberal. Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente. Faça favor.

(\*) **Deputado Alonso Miguel:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Sr. Deputado José Contente, há pouco esqueci-me de referir em relação à questão dos planos municipais de alterações climáticas. Naturalmente, o senhor sabe que essa não é uma competência do Governo Regional, mas também tem transmitido às Câmaras todas, e já reuni com dezassete das dezanove Câmara, que

estaremos disponíveis para trabalhar o estabelecimento desse plano, que é um plano municipal. A competência é uma competência municipal. Também para introduzir ainda mais rigor à intervenção que fiz anteriormente, dar informação ao Sr. Deputado José Contente que os projetos do Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores e que a melhoria do estado de conservação dos solos orgânicos e turfeiras as candidaturas estão prontas e entregues na Direção Regional. Hoje será entregue a candidatura da cartografia de risco e até ao dia 29, que é a data-limite, será também entregue o projeto do Sistema de Alerta de Cheias em Bacias Hidrográficas. Portanto, todos dentro do prazo.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)*

Depois queria também chamar a atenção, enfim, não encontro palavras para as preocupações que existem por parte do Sr. Deputado António Lima e do Sr. Deputado José Contente. O Sr. Deputado José Contente está preocupado com o nome. O Sr. Deputado António Lima está preocupado com a burocracia. Ninguém está preocupado que anteriormente não havia enquadramento e que há pessoas há seis meses à espera da reparação dos danos que foram causados nos Mosteiros e nas Feteiras...

**Deputada Andreia Cardoso:** Porque...?

**O Orador:** ... porque não há um enquadramento. Como é que isso era feito no passado eu não sei. Desconheço, nem quero saber. O que sei é que não tem enquadramento para ajudar essas pessoas e isso é que devia importar. Este Parlamento... é nós criarmos um mecanismo para poder auxiliar as pessoas quando não existe outro. É apenas isto. Não percebo.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)*

Imagino as pessoas que estiverem com os danos por reparar e as pessoas que futuramente ficarão impactadas pelos efeitos das alterações climáticas e que nós não tenhamos enquadramento o que é que hão de estar a pensar das intervenções dos Srs. Deputados.

**Deputado Berto Messias:** Ó Sr. Secretário, o senhor é inteligente, percebe do assunto!

**O Orador:** O que importa é criar um sistema para apoiar as pessoas quando nenhum outro sistema o poder fazer. E é esta a preocupação do Governo Regional. Obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

**Deputado Berto Messias:** Ó Sr. Secretário, por amor de Deus, o senhor é um homem inteligente!

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

**(\*) Deputado Gustavo Alves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Está em discussão um diploma do Governo Regional que visa responder aos efeitos dos fenómenos meteorológicos extremos e também executar investimentos públicos mitigadores dos impactos das alterações climáticas. Quando os outros mecanismos significativamente mais robustos ficarem esgotados ou sem acesso. Para nós, a grande diferença com o anterior diploma discutido aqui neste Parlamento é a não duplicação de meios para executar o almejado que referi anteriormente e outra grande diferença é que a capacidade executiva fica dentro da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas que tem vasta competências...

**Deputado Paulo Estêvão:** Muito bem!

**O Orador:** ... para lidarem com estas preocupações relativas às alterações climáticas. Assim sendo, damos o voto favorável ao diploma e reiteramos a confiança nos açorianos, nas autoridades regionais e nesta Secretaria do Ambiente e Alterações Climáticas deste XIII Governo Regional. Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estevão:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Estamos aqui para votar aquilo que o Sr. Deputado Miguel acha que toda a gente vai chumbar que é o Regime Jurídico Financeiro de Apoio à Emergência Climática, outrora fundo, outrora tentar anular o Fundo Regional Ambiental, outrora que é agora que nós vamos salvar as pessoas. Esse documento, esse argumento não foi usado sequer no Fundo Regional Ambiental que colmatava as necessidades tanto das pessoas que sofreram nos Mosteiros, como nas Feteiras. Nunca houve sequer essa preocupação. Nem da parte do Governo que faz uma iniciativa similar, nem da parte das bancadas que votaram contra o Fundo Regional Ambiental que iria responder às pessoas que se está a usar esse argumento que agora o Sr. Secretário Regional do Ambiente está a passar o ónus aos deputados que ninguém está preocupado com as pessoas. Há pouco, isto foi um *deja vú*, parece que houve um clique completo sobre o argumento. Antes era tudo mau, mas agora temos de salvar as pessoas. E algumas vez os deputados vão pensar em votar contra isto. Estamos contra as pessoas que tiveram graves problemas nas Feteiras e nos Mosteiros, porque o Governo vai solucionar o problema. Só... pode haver um problema relativamente à parte

financeira. Porque as receitas se formos buscar à taxa dos sacos de plástico, coitadas das famílias dos Mosteiros e das Feteiras. Nada podemos fazer porque o valor é extremamente reduzido. Daí que o PAN fez uma proposta de alteração para meter com que as receitas da taxa turística entrassem e dessem aqui uma ajudinha a este fundo...

**Deputado Bruno Belo:** E o senhor a dar-lhe com a taxa turística.

**O Orador:** ... que não é fundo e que agora é qualquer coisa como regime financeiro. Sempre é uma ajuda porque já que vamos usar as famílias vamos usar, mas de forma mais robusta com a taxa turística. Por isso, o PAN já entregou à Mesa uma proposta de alteração para meter a taxa turística que ninguém quer para ajudar as famílias. Que a taxa turística serve, para a manutenção, para ajudar as famílias. Era para isso que o Fundo Regional... era para isso que o Fundo Regional do Ambiente que o PAN apresentou nesta Assembleia que era para ajudar as pessoas das intempéries, das alterações climáticas que todo o mundo está a ser lesado. Por isso, eu não vou fazer a política de votar contra só por votar contra. Não vou fazer isso. Tenho dúvidas sobre este diploma. Isso tenho, mas são dúvidas técnicas se tenho dúvidas. Mas também não vou fazer o mata-mata como se está a começar a fazer. Há um partido que faz uma ideia, chega o Governo: "Mata!". Isto é simples. E depois o seu argumento que é tudo mau relativamente à iniciativa do PAN sobre o Fundo Regional do Ambiente, mas agora temos de salvar as pessoas dos Mosteiros e das Feteiras. Por favor, Sr. Secretário. Por favor. Era uma cartada que era desnecessário você usar e você usou e não lhe fica bem ter usado essa cartada. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(\*) **Deputado Marco Costa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Contente, tenho muito respeito por si. Sei que lidou com muitas contrariedades durante a sua governação, das quais o sismo de 98, e tenho a certeza que se deparou em diversas situações com questões

que gostaria de resolver e que não tinha as devidas ferramentas. Não concordo em nada quando o senhor refere que não é subindo o Palácio de Santa Ana, mas certamente não deve ser batendo à porta da assistência social de uma forma muito personalizada. Portanto, as calamidades não devem ser ferramentas para fazer política e este..

**Deputado Joao Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** ... e este é um documento que ajuda na transparência para que se evitem situações dessas. Sr. Deputado António Lima, o Sr. Deputado António Lima quis fazer uma leitura de orçamentação que seria através deste documento que teria todas as situações da política ambiental e de mitigação das alterações climáticas com solução. Não é isso que o documento diz. Diz, claramente, de cariz excepcional e imprevisível desde que a compensação dos mesmos não possa ser abrangida por outros sistemas de apoio sociais em vigor. Está no preâmbulo da iniciativa. Depois, o senhor tem problemas com que existam candidaturas. Tem problemas que se analise as candidaturas. Tem problemas se calhar com que se publiquem o resultado dessas candidaturas e os apoios atribuídos. Portanto, não percebemos, claramente, a sua posição e interpretação deste tipo de diploma. E, portanto, é, claramente, uma situação que... eu percebo. Voltando atrás, deu-se muita nota ao título do diploma e pouco ao conteúdo, mas reiteramos transparência e cuidado e até quebra com procedimentos do passado. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Não devo ter muito tempo, vou tentar ser telegráfico. O Sr. Deputado Nuno Barata não está, mas vou ter de lhe responder. É como se estivesse. Eu não gosto de arbitrariedade e parafraseando o Sr. Presidente do Governo Regional: onde é que já vai a desgovernamentalização que este Governo dizia que iria promover?

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Isso é demagogia!

**O Orador:** Ora, o artigo décimo primeiro desta proposta diz claramente que os apoios a que se referem a alínea a) do número dois do artigo primeiro que diz o seguinte, por sua vez: "perdas e danos patrimoniais que sejam resultantes de fenómenos meteorológicos extremos, os apoios são aprovados por resolução do Concelho do Governo, sob proposta da Comissão referida no artigo anterior, a estabelecer por decreto regulamentar". Ou seja, o Governo que quer desgovernamentalizar... o Sr. Deputado Nuno Barata que sei que não gosta de regulamentos feitos pelo Governo e remetidos num Decreto Legislativo Regional vai aprovar uma proposta que coloca nas mãos do politburo do Governo,...

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Isso é demagogia!

**O Orador:** coloca nas mãos a decisão de quem é que apoia, quando é que apoia e em que valores apoia. Ou seja, não é a Administração Pública Regional, com base num Regime Jurídico e em critérios claros que vão para a regulamentação que será feita pelo próprio Governo, que decide. É exatamente o Governo. Aquilo que o Sr. Deputado Nuno Barata queria evitar. Ora, esta proposta não resolve aquele problema que o Sr. Deputado Nuno Barata da arbitrariedade que queria evitar. Ele deixa as coisas mais ou menos

na mesma, com mais uma camada de decisão talvez para disfarçar a decisão última que é do politburo do Governo Regional. Relativamente ao financiamento. Bem, parece-me pouco sério colocar trezentos mil euros como receita de um fundo...

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** É uma reparação de uma ribeira, por exemplo!

**O Orador:** ... quando tem esta amplitude. Eu recorro, e ao contrário do que o Sr. Deputado Marco Costa diz, não é para situações excecionais. Claramente aqui no artigo primeiro refere-se o investimento, em investimento público para mitigação das alterações climáticas. Agora digam-me lá que investimento público para mitigação das alterações climáticas é que será feito com trezentos mil euros. Alguém que me explique. É que isso não é credível. E depois então diz que se o Governo quiser altera o orçamento. Ora, não é assim. O Governo, as regras orçamentais e aquilo que está previsto para cada medida deve ser definida em Orçamento. E o Governo, qualquer governo, em situação excecional, atua e não fica de mãos amarradas. Olha, vê-se como é que foi durante a pandemia. O anterior Governo atuou. Gastou o dinheiro que tinha a gastar e depois o que é que fez? E bem. Apresentou um orçamento rectificativo a esta Assembleia. Aliás, suplementar. É assim que se faz. Não é dizer no regime jurídico que o Governo sempre que quiser aumenta a verba e está tudo resolvido. Esse não é o caminho. E já que tenho pouco tempo, vou fazer uma questão à coligação sobre a sua proposta de alteração.

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Sabe que é público!

**O Orador:** Aliás, há aqui vários problemas. Um deles é remeter para regulamentação, mais uma vez, o Parlamento, a centralidade do Parlamento é sempre remetida para os fundinhos porque, de facto, condições de acesso para pessoas coletivas são remetidas para regulamentação. Como é que as pessoas coletivas vão aceder? O Governo decide.

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Sabe que é público certo?!

**O Orador:** Cheques em branco, caros senhores, nós não damos. E pergunto à coligação qual é o objetivo desta redação? As condições... peço desculpa. "Podem ser beneficiários do apoio referido na alínea a)" por aí fora e depois chega-se a determinado ponto para resumir, falta de tempo, diz que podem beneficiar do apoio, nos mesmos termos, as pessoas coletivas com sede na Região Autónoma dos Açores.

**Deputado Nuno Barata:** Está resolvido. Não é preciso mais nada!

**O Orador:** Expliquem-me o que é que acontece a uma empresa que tenha sede na Região Autónoma da Madeira ou no continente e tenha um estabelecimento na Região Autónoma dos Açores, como há muitas. Se tiver... se for afetada por uma calamidade o que é que acontece com essa empresa? Expliquem-me.

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso. Faça favor, Sra. Deputada.

(\*) **Deputado Andreia Cardoso:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Para colocar aqui algumas questões a propósito desta iniciativa legislativa do Governo Regional e que tem, essencialmente, a ver com o seguinte. Conforme foi dito e muito bem, aqui e agora, nesta última intervenção do Sr. Deputado António Lima, este diploma contém catorze artigos, dez dos quais se remetem para regulamentação. Ou seja, é novamente, de facto, um cheque em branco naquilo que diz respeito a apoios, elegibilidades, condições de atribuição dos apoios em causa. Aqui não fica definido absolutamente nada.

**Deputado Berto Messias:** Muito bem!

**A Oradora:** Espera-se que o Governo regulamente de seguida e então fica este Parlamento a saber em que é que consistem em concreto estes apoios. Nessa medida, é legítimo que pergunte hoje ao Sr. Secretário, por exemplo, com a introdução das empresas neste regime como se prevê com a aprovação

da alteração, se pretende, V. Exa., apoiar a cem por cento os prejuízos das empresas? Se apoiando a cem por cento, apoia, por exemplo, equipamentos, instalações e mercadorias. Se sim, em que medida? No que diz respeito às famílias, Sr. Secretário, havendo, como já aqui foi dito, o Fundo de Socorro Social que apoiou e apoia, até agora, e tem condições de apoiar com financiamento nacional tudo o que são prejuízos das famílias, um frigorífico, máquina de lavar, habitação, etc., sem absolutamente nada de especial porque está definido de facto na regulamentação nacional que assim é em caso de intempéries...

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Em caso de calamidade!

**O Orador:** ... o que eu lhe quero perguntar é se então este regime como define que é para as situações não apoiadas, designadamente Fundo de Socorro Social, se vai apoiar, por exemplo, danos em segundas habitações? Se vai apoiar viaturas danificas? Se vai apoiar casas seguradas num montante diferencial? Sr. Secretário, outra questão. No caso da Comissão que vai proceder à atribuição destes apoios, foi alargado o âmbito ou será por via da alteração apresentada pela coligação a empresas. Então, a entidade governamental que tutela as empresas ou que superentende os apoios às empresas não terá acento nesta Comissão de aprovação? Outra questão, Sr. Secretário, por fim. O diploma remete para apoios às autarquias no âmbito de intempéries.

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Mas aqui já não é para intempéries. É para mitigação das alterações climáticas.

**O Orador:** Então mas que situações são essas em concreto? Se há um regime... oiça. Sr. Deputado, oiça até ao fim. Se há um regime de apoio às autarquias locais que prevê expressamente os apoios em situações de intempéries estamos a falar do quê e em concreto? Estas questões são legítimas, Sr. Secretário, porque o senhor, ou melhor, o Governo, mais uma vez, remete tudo o que é essencial para regulamentação. Portanto, é aqui e

agora que ao Governo cabe responder a estas questões que são, de facto, legítimas. Obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sra. Deputada. A Mesa tem várias inscrições. Vamos fazer um intervalo de cerca de 20 minutos. E lembra aos líderes e ao Sr. Secretário que temos Conferência de Líderes.

*Eram 11 horas e 41 minutos.*

**Presidente da Assembleia:** Sras. e Srs. Deputados agradeço que ocupem os vossos lugares.

*Eram 12 horas e 19 minutos.*

Sras. e Srs. Deputados vamos dar continuidade aos nossos trabalhos estava inscrito o Sr. Deputado Rui Martins não está na sala, tem a palavra o Sr. Secretário regional do ambiente e alterações climáticas.

(\*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo, o debate já vai relativamente longo e não vale a pena estar a repisar muito os argumentos que já foram utilizados, mas cabe-me dizer Sr. Deputado Pedro Neves, o Governo Regional pela voz do Sr. Presidente do Governo anunciou a criação, na altura, fundo de emergência climática antes sequer de conhecermos o conteúdo da proposta do PAN. Portanto, não há aqui qualquer relacionamento entre os dois diplomas e também respondendo ao Sr. Deputado Carlos Furtado fui o primeiro a reconhecer a bonomia a proposta do PAN, mas na verdade não tinha sequer qualquer comparação, o PAN estava a propor uma coisa que já existe e que tem aplicação a nível nacional incluindo na região, o que o Governo está a propor é algo que não tem sequer enquadramento atualmente, uma criação de uma estrutura no sistema novo de

apoio para funcionar quando os outros não possam acudir. E há pouco falava-se também, de alguma passividade porque e que o Governo não tinha tentado através do fundo ambiental resolver isto. A perceção que nós tínhamos da leitura que fizemos é que o fundo ambiental não cobre prejuízos como aqueles que ficaram por cobrir nas feteiras e nos mosteiros, nomeadamente, reparação das viaturas.

No entanto em sede de comissão quando a senhora diretora do fundo abriu essa porta, imediatamente, ela interveio no dia 16 de março, no dia 17 de março, o governo Regional a Secretaria Nacional do Ambiente de emergência climática enviou um pedido um levantamento, um pedido de pagamento daqueles prejuízos. A verdade é que já passou um mês e não tivemos sequer resposta. Portanto, mas esse pedido foi feito não houve aqui passividade. Nós fizemos o pedido, naturalmente.

Depois em relação ao Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda é sempre do contra. Pronto! Se é muito rápido, se é muito se criamos uma coisa que não existe estamos a criar burocracia é muito lento. Se nós agilizamos é muito rápido e é pouco transparente. Nunca é possível contentar o Bloco de Esquerda. Eu pelo menos não encontro forma de o fazer. Agora, Sr. Deputado é sempre assim que é feito o DRR remete para regulamento muitas vezes, não é nada de novo, e o senhor é especialista em propor a revogação de DRR's...

**Deputada Andreia Costa:** As coisas não são assim.

**O Orador:** ... e portanto se estiver descontente com o DRR que vai ser criado pode fazer como fez com o glifosato e propor uma revogação desse DRR ele é publico e o senhor vai ter acesso a ele vai poder conhecer o seu conteúdo e propor a revogação se assim o entender legitimamente.

Depois Sra. Deputada Andreia Cardoso este fundo, este sistema de apoio não confundir com o Sr. Deputado José Contente serve, naturalmente para acionar quando os outros sistemas de apoio não poderem fazer, já percebeu?

**Deputada Andreia Cardoso:** Já percebi!

**O Orador:** Independentemente de ser uma calamidade pública ou não, se isto remeter para DRR Sra. Deputada é um cheque em branco, então, confesso que todos nós e eu enquanto Deputado passei-lhe muitos cheques em branco,...

**Deputada Andreia Costa:** Não passou não!

**O Orador:** quando a senhora era Secretaria Regional nesta região.

**Deputado Pedro Pinto:** Muito bem!

**Deputado Berto Messias:** Branco como este, não!

**O Orador:** Depois em relação à pergunta que faz sobre os montantes de apoio, naturalmente, será uma percentagem do valor do dano ponderado com a avaliação quantitativa da comissão de acompanhamento, só pode ser assim, limitado a um montante máximo, só pode ser dessa forma.

Mais! A senhora falou num fundo de socorro social, seguramente, seguramente diria, a senhora nunca utilizou o fundo de solidariedade social, de socorro social para pagar reparações de viaturas,...

**Deputada Andreia Costa:** O que eu lhe perguntei foi se este ia apoiar?

**O Orador:** ... isso tenho a certeza porque não é esse o enquadramento conhece esse enquadramento, recuso-me de ler porque a senhora conhece esse enquadramento, perfeitamente, isto é para apoio social às IPSS, às famílias, mas é apoio social, não é, pagamento de reparações de viaturas que não se trata de um apoio social. E, portanto, é este enquadramento, é este enquadramento que faltava encontrar e que o Governo Regional com esta proposta pretende criar.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Secretário Nacional. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo para responder algumas questões que aqui foram colocadas e debater alguns argumentos. Bom em primeiro lugar responder ao Sr. Deputado José Contente se, se lembra deste despacho do despacho que cria o fundo de socorro social? É do seu tempo. Quando estava no Conselho do Governo. Lembra-se?

**Deputado Joaquim Machado:** Ele não se lembra.

**O Orador:** O senhor lembra-se sempre tem uma memória muito seletiva. Bom, como se lembra bem e se for preciso eu depois posso-lhe contar os pormenores, eu penso que por aqui se vê 90% dos seus argumentos ficam sem qualquer tipo de sustentação, a menos que, a menos que vá queimar esta folhinha a menos que vá queimar do fundo de socorro social.

Sr. Deputado também em relação as questões que aqui colocou, ah, e então o que é que se passa em relação à conclusão do roteiro de neutralidade carbónica? Está resolvido, o Sr. Secretário...

**Deputado José Contente:** Não está resolvido.

**O Orador:** ... já lhe deu essa resposta. E a tipografia de risco para a mitigação das alterações climáticas, o Sr. Secretário também já lhe respondeu. E por isso, Sr. Secretário no fundo a sua argumentação é esta não gosta do nome e eu estava aqui sentado à espera da designação, estava aqui à espera a tentar perceber porque é que Vossa Excelência não gosta do nome que foi atribuído ao diploma a alteração foi atribuída, o senhor não gosta e aí fiquei a perceber depois da sua segunda intervenção fiquei a perceber porque é que o senhor não gosta. É que o senhor disse: Bom! Depois de avisos feitos várias conversas o diploma ficou finalmente em condições, eu percebo que Vossa Excelência depois desses avisos, dessas conversas, desses conselhos que Vossa Excelência tenha um sentimento de paternidade e o pai,...

*(Risos do Deputado Carlos Freitas)*

... tem sempre direito a dar o nome ao filho e é por isso que Vossa Excelência discorda e está centrado nessa questão.

Depois também em relação às questões levantadas pelo Bloco de Esquerda, eu já aqui disse uma vez que o Bloco de Esquerda e a atitude do Bloco de Esquerda é como aquele, como aquele anarquista italiano que pertencia às brigadas Garibaldi que chega à Argentina e pergunta quem é que manda aqui? Quem é o Governo? E antes de responderem ele diz: estou contra!

*(Risos dos Deputados Pedro Pinto e José Pacheco)*

E Vossa Excelência a sua atitude é sempre esta, está sempre contra. Mas, eu selecionei um dos seus argumentos que é este: então, diz Vossa Excelência: “Mas esta verba tem que estar contemplada para a calamidade, estas verbas do ponto de vista orçamental têm que estar previstas e têm que ser substanciais e diz Vossa Excelência: Apesar dos danos e das dificuldades criadas por estas calamidades ou por estes imprevistos, sejam elas próprias, estas verbas imprevisíveis. Como é que se pode, como é que se pode provar e dotar, dotar este instrumento de uma verba que possa responder a uma situação que ela própria é imprevisível? É impossível Sr. Deputado, não sei se tem uma resposta? Não sei se o Bloco de Esquerda consegue prever o que é imprevisível? E consegue planificar desta forma e dar-lhe dotação orçamental já adivinhando o futuro que possa e que Vossa Excelência considera imprevisível. É, dixe que lhe diga é uma argumentação perfeitamente anárquica. Mas, Sr. Deputado, a questão é esta, e o Sr. Deputado do PAN foi muito pragmático porque essa também é uma das suas qualidades, o que lhe interessa é se isto é um adicionamento adicional, significa uma melhoria e isso significa que o Governo dos Açores fica mais bem-dotado para acudir mais rapidamente, com flexibilidade e com

capacidade de resposta a este tipo de situações. Vossa Excelência tem o espírito pragmático não é o tal oficial anarquista que chega...

**Deputado Francisco Coelho:** Sim, sim. E nós nunca tivemos disso por aqui!

**O Orador:** ... e que está sempre contra tudo e contra todos. Não. Vossa Excelência conseguiu reconhecer que há aqui um mecanismo que é um mecanismo que é favorável que é um mecanismo que é importante e é um mecanismo que tem que ser criado, por isso desde já deixo-lhe dizer e ontem disse-lhe outra coisa, mas deixe-me dizer que admiro esse seu espírito pragmático é preciso avançar, é preciso é resolver os problemas e é isto, e este instrumento significa um avanço muito significativo neste âmbito.

**Deputado Francisco Coelho:** O Sr. Deputado não está a ser fofinho!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Eu vou ser muito rápido é só para responder ao Sr. Secretário e que acredito mesmo naquilo que o Sr. Secretário disse que não conhecia, obviamente o diploma do PAN. Apesar de eu ter que fazer esta retificação o PAN já tinha inserido em orçamento, mas acredito que o corpo e o objeto é diferente nesse aspeto é mais o tema em si do que o conteúdo. Obrigado!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado António Lima faça favor!

(\*) **Deputado António Lima:** Sr. Presidente, senhoras e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo é uma intervenção muito breve só para relembrar a coligação como preponente da proposta de alteração, nomeadamente a proposta de alteração ao artigo 5º, eu fiz uma pergunta, o que é que acontece se uma entidade coletiva tem sede fora da região, mas com o estabelecimento da região for alvo, for vítima de uma calamidade, o que é que acontece se pode ou não recorrer a este regime jurídico? Muito obrigado!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo, eu peço a palavra para participar neste debate porque há algumas questões que acho muito importante que numa matéria desta natureza fiquem absolutamente claras da nossa parte e houve sobretudo alguns argumentos que foram aqui utilizados e que pura e simplesmente interessa desmentir, clarificar e esclarecer. O primeiro deles é a ideia de que antes as coisas eram feitas, mais ou menos dentro da legalidade e isso é falso. Isso é falso, quer através de resoluções publicadas como no jornal oficial quer através à posteriori das avaliações que foram feitas, que são feitas pelo Tribunal de Contas, pelo Tribunal de Contas nós não tivemos uma situação em que o apoio para esse tipo de calamidades tenha sido declarado ilegal e irregular e esse aspeto precisa de ficar absolutamente esclarecido porque nós não estamos a falar aqui de corrigir situações menos claras.

**Deputada Andreia Cardoso:** Exatamente!

**O Orador:** Nós estamos a falar de uma opção do Governo Regional e dos partidos que o compõem, que o compõem no caso concreto de passar a apoiar algo que antes não era possível apoiar e que são as indemnizações e as reparações em viaturas é disso que nós estamos a falar.

**Deputado Berto Messias:** Muito bem!

**O Orador:** Não estamos a falar de mais nada. Nós podemos discordar, mas é legítimo ao Governo Regional dizer: “Nós entendemos que devemos apoiar!” está inteiramente correto, agora vamos assumir aquilo que nós estamos a falar.

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Não está aqui em causa.

**O Orador:** E não vamos falar tentar enganar as pessoas que estão lá fora a dizer se isso não for apoiado, as pessoas, se isso não for aprovado as pessoas não vão ser apoiadas.

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** E não vão!

**O Orador:** Não, não é assim. Isso foi dito aqui neste plenário, isso não é verdade porque ninguém deixou de ser apoiado na reparação das suas casas em mobiliário, em eletrodomésticos e num conjunto de outras situações porque não existia esse diploma. Foram apoiados ao abrigo de resoluções que foram publicadas no jornal oficial, transparentes e que no âmbito da avaliação feitas pelo Tribunal de Contas nas contas da região, também foram submetidos a esse tipo de avaliação.

O Governo Regional entende, e o Sr. Secretário acabou de confirmá-lo passar a apoiar as reparações a viaturas. Nós podemos discordar disso, mas é legítimo ao governo apresentar essa proposta, mas é só disso que estamos a falar e é pena e é pena que não tenha sido tratado de outra forma esta proposta porque toda esta situação revela é um Governo trapalhão.

**Vozes de alguns Deputados do PSD e Deputado Paulo Estêvão:** Não. Não.

**O Orador:** É um Governo trapalhão.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

Era o fundo... eram fundos que depois já não é fundo é o sistema de apoio. Ó senhores, os senhores queriam, os senhores queriam o que pode acontecer é querer um remendo novo em roupa velha estragam-se as duas coisas, e é isso que está a acontecer com este diploma.

**Deputado Paulo Estêvão:** Não, nem pensar.

**O Orador:** É, sim senhora! O que está a acontecer com este diploma é por exemplo, no fundo fazia sentido, fazia sentido a alínea b) do nº 4, num sistema de incentivos públicos já não faz sentido a alínea b) do nº 4, porquê? Um sistema de incentivos públicos vai apoiar investimentos realizados pela administração pública regional.

**Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado agradeço que termine!

**O Orador:** Já termino Sr. Presidente. Ó senhores e a questão – já termino Sr. Presidente – e a questão do cheque em branco, ó Sr. Secretário é claramente um cheque em branco e a sua solução é péssima.

**Deputado Paulo Estêvão:** Não é péssima.

**O Orador:** Porque a sua solução diz às pessoas nós estamos a aprovar isto, mas cuidado a assembleia pode pôr isso tudo para trás.

**Deputado Paulo Estêvão:** O quê?! Nada disso!

**O Orador:** Foi aquilo que o Sr. Secretário disse quando disse: Pode a assembleia depois, disse a um dos Srs. Deputados pode prorrogar.

**Deputado Paulo Estêvão:** Não, não. É falso.

**O Orador:** É preferível fazer uma coisa com pés e cabeça, clara, para as pessoas singulares fixam-se requisitos de demissão para as pessoas coletivas já não se fixam requisitos de admissão.

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Fixam-se sim senhor!

**O Orador:** Ó senhores é um Governo trapalhão. Isto só confirma que em menos de um mês é um Governo que diz e desdiz e a acha perfeitamente normal na história dos combustíveis, era a mesma coisa havia um acordo com os revendedores para porem lá e é perfeitamente normal, já não é o acordo com os vendedores é com as petrolíferas. É um governo trapalhão, como é trapalhão naquilo que nós vemos publicado que é o esclarecimento a propósito do fim do uso de máscaras.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

Porque é um Governo que abdica pura e simplesmente da capacidade de decidir nesta matéria do fundo, já não é fundo é sistema de apoio que mistura coisas que não devem ser misturadas...

**Deputada Catarina Cabeceiras:** Quem está a misturar é o senhor!

**Deputado João Bruto da Costa:** O seu tempo já acabou!

**O Orador:** que não está em causa, que não está em causa – incomoda, não incomoda? Mas vão ter que ouvir ...

**Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado tem que terminar.

**O Orador:** Que prefere pôr remendo novo em roupa velha do que fazer uma coisa com pés e cabeça e é só isso. Muito obrigado!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Deputado Joaquim Machado:** Por isso é que o senhor impôs a máscara aos seus Deputados!

**Deputado Vasco Cordeiro:** É verdade, sim senhor! Por respeito a quem está lá fora!

**Deputada Ana Luís:** Resolveu-se tudo com um telefonema! Isto é uma vergonha!

**Presidente da Assembleia:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

**Deputado Carlos Furtado:** Obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo.

**Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado Carlos Furtado, por favor tem a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Furtado:** Muito obrigado! Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu registo o seu tom de indignação quando este Governo se propõe a pagar prejuízo de automóveis de pessoas que muitas vezes pagando, muitas vezes pagando os seus automóveis porque precisam os automóveis, precisam dos automóveis para irem trabalhar, que fazem o seguro mais barato, porque podem fazer porque no país onde se paga tudo quem trabalha obriga-se a fazer determinados, de correr determinados riscos como seja, ter um seguro o mais barato que há porque precisam do carro para trabalhar porque o carro paga impostos de combustíveis, porque o carro paga impostos de circulação, estão carregados de impostos e o senhor agora diz que essas pessoas que

estão carregadas de impostos tinha que ter um seguro contra todos os riscos e que não abdica disso. Sr. Deputado é esse princípio de esquerda que leva a sociedade a nivelar por baixo e se quer que lhe diga é isso que os Açores precisam porque foi esse sentimento que nos trouxe até aqui e insistir nesse procedimento, só leva ao modelo social que nós temos que faliu infelizmente e eu não gosto de dizer isto muitas vezes aqui, eu não gosto de entrar por aí e que infelizmente levou a que estejamos nos *rankings* a nível nacional em termos de qualidade de vida dos açorianos e de rentabilidade deste povo nos níveis que está que envergonham o povo trabalhador que é os Açores. Disse!

**Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Secretário do ambiente e alterações climáticas.

(\*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Muito obrigado Sr. Presidente, senhora e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro: Governo trapalhão! Trapalhada é a intervenção desastrosa que o senhor acabou de fazer...

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)*

Desastrosa porque a capacidade de misturar máscaras,...

**Deputado Berto Messias:** É o denominador comum do Governo Regional! Os senhores não acertam uma!

**O Orador:** ... com combustíveis e com emergência climática, isso esteve quase a incendiar. Mas queria-lhe dizer outra coisa Sr. Deputado, o senhor também está preocupado com o nome de apoio é muito importante para os açorianos, extremamente importante. Naturalmente, Sr. Deputado Vasco Cordeiro que os açorianos todos não têm vencimentos como o seu ou como o meu ou como o de todos que estão aqui nesta casa. Seguros contra todos os riscos não são baratos e não estão acessíveis a qualquer um, e é por isso que temos que nós que ter sistemas de apoio que possam poder ajudar as outras

peças quando não existem outras opções, quando não existem outras soluções.

**Deputado Vasco Cordeiro:** Mas isso é legítimo! Assuma isso!

**O Orador:** Mais, no passado, não sei como é que os senhores fizeram no passado, mas uma coisa vos posso dizer ou arranjar outras formas, aí sim trapalhonas, mas pagar isto, ou então, nunca pagaram. E se nunca pagaram tiveram 24 anos no governo e foram incompetentes que não criaram um sistema de apoio destes.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

**Deputado Vasco Cordeiro:** O senhor é que está no Governo agora. Assuma!

**Deputado Gustavo Alves:** Comigo era rua!

**Presidente da Assembleia:** Tem a palavra, obrigado Sr. Secretário regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo...

**Deputada Andreia Cardoso:** Aviões! É um bom exemplo para si! Lembre-se?

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública:** O que é que isso quer dizer?

**Deputada Andreia Cardoso:** Não é para si, Sr. Secretário!

**Deputado Joaquim Machado:** Tirem a máscara que isso passa!

**O Orador:** Sr. Presidente aguardo que sejam criadas as condições para que eu possa realizar esta intervenção e peço que o cronómetro pare!

**Presidente da Assembleia:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** Não me conte o tempo. Sr. Presidente...

**Presidente da Assembleia:** Faz favor!

**O Orador:** Finalmente! Ó Sra. Deputada Andreia deixe-me falar.

**Deputado Vílson Gomes:** Não é preciso!

**O Orador:** Eu não percebo esta exaltação, este tom colérico, eu inclusivamente nem consigo fazer a intervenção porque os Srs. Deputados continuam exaltadíssimos. Exaltadíssimo porquê? Porque estamos a criar um mecanismo de combate às alterações climáticas. É este o tema que nós estamos a discutir. Mas não é esse. Não é essa a razão que explica o tom colérico do Sr. Deputado Vasco Cordeiro e de todos os apartes exacerbados que agora acabámos de ouvir, o problema está aqui nas primeiras páginas dos jornais de hoje, por exemplo, no Diário dos Açores: “Deputados surpreendem e aprovam a taxa turística.” A taxa turística é um imposto parasitário. Vossas Excelências olham para as primeiras páginas dos jornais em que são profundamente arrasados e é isso que provoca todo este descontentamento.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)*

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o que o preocupa, não são as trapalhadas do Governo são as suas trapalhadas, as trapalhadas em que Vossa Excelência meteu o grupo parlamentar do Partido Socialista ao aprovar uma taxa turística que vai prejudicar profundamente a região e que vai impedir o crescimento turístico...

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)*

... que nós temos que conseguir nestes tempos de crise. Por isso, é isso... Quem nos está a ouvir neste debate deve estar a perguntar-se o que é que aconteceu?

**Deputado José Contento:** Isto é que são alterações climáticas?!

**O Orador:** O que é que aconteceu? Porque há um governo, o governo quer criar um mecanismo que permita resolver problemas quando enfrentamos situações de calamidade provocadas pelas alterações climáticas foi isto que colocou no desespero o Partido Socialista?

Não. O que colocou no desespero o Partido Socialista foi o repúdio, o repúdio generalizado da sociedade açoriana, em relação às taxas que Vossas Excelências criaram aos impostos que Vossas Excelências querem criar no momento em que o povo açoriano necessita de ajuda. E é esse o desespero. É essa a trapalhada. A trapalhada é vossa. A vossa trapalhada e os vossos erros políticos. Para quê? Só para tentarem criar dificuldades ao governo, não olharam para o interesse coletivo...

**Deputado João Bruto da Costa:** Muito bem!

**O Orador:** ... para o interesse dos Açores e para o interesse dos açorianos, olharam foi para a dificuldade política que iriam criar ao Governo, mas enganaram-se porque a sociedade açoriana está atenta, observou e Vossa Excelência estão a ser amplamente crucificados na opinião pública dos Açores em relação ao que fizeram.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)*

**Deputado Vílson Gomes:** Assuma os seus problemas!

**Deputado Gustavo Alves:** Assume tu e tira a máscara!

**O Orador:** Por isso, e termino Sr. Deputado, por isso Sr. Deputado não culpe o Governo, não culpe o Governo Sr. Deputado das suas próprias trapalhadas e do buraco em que Vossa Excelência se colocou com o erro que cometeu só porque quer criar dificultadezinhas ao Governo dos Açores. O Governo dos Açores estará aqui como esteve em relação às taxas turísticas contra, nós estamos contra, a criação de taxas; nós estamos contra a criação de impostos

e nós estamos a favor, a favor de criar mecanismos que possam auxiliar as populações em situações de catástrofes e é isso que V. Exas. estão a verificar que nós estamos a fazer e com êxito. E esta remodelação, já está a assustar e deixar fora de si ...

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

... o Sr. Deputado Vasco Cordeiro é o que está aqui a ser discutido. Não há melhor prova do que esta. É o desespero em que a bancada do Partido Socialista se encontra, poucos momentos antes do almoço. Eu penso que o almoçozinho pode dar-vos um intervalo e uma forma de pensar outra vez e colocarem verdadeiramente a tónica no que querem e é necessário. Queremos combater o governo não é criando dificuldades que depois sobram para o povo dos Açores é apresentando alternativas credíveis e não é fazer aquilo que se fez na última aprovação do orçamento que é dizer quais são as vossas alternativas? Quais são as vossas prioridades? Verificámos quais foram as que ficaram no orçamento. Quais foram as apresentadas? Zero. Zero.

**Deputado Vasco Cordeiro:** Notou-se ontem!

**Deputada Andreia Costa:** Notou-se ontem. Apresentámos 20 propostas de alteração e não aprovaram nenhuma!

**O Orador:** Foram estas as vossas alternativas. Portanto, portanto, em relação a trapalhadas estamos conversados, a trapalhada foi vossa e obviamente as consequências são vossas, e são V. Exas. que as sofrem agora.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

**Deputado José Contente:** O Sr. Deputado Paulo Estevão é que cria dificuldades ao Governo!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(\*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Eu vou ser muito breve. Algumas notas telegráficas que é, relativamente ao Bloco de Esquerda disse há pouco que isto é para mostrar o quão significativo ou ativo ou proactivo quer ser o Bloco de Esquerda disse que do ponto de vista do combate à pandemia o anterior Governo Regional gastou e bem, e aprovou, depois um orçamento suplementar e bem, e o senhor votou contra. É só para ficar registado. Ou seja, o senhor achou que se gastou bem, mas chumbou. Já se arrependeu. Depois relativamente à taxa turística o Deputado Pedro Neves é na verdade um Deputado que tem muito bonomia e a taxa turística é sem dúvida uma taxa que dá para tudo, a taxa turística era para reposição ambiental, era para reposição ambiental, o Governo Regional gera o grosso dos recursos naturais a taxa ia para os municípios. Depois, afinal a taxa turística ia também para um fundo ambiental, ou seja, aí já não era a reposição ambiental era para casos de catástrofe.

Depois agora, também já serve para estas situações enquanto instrumento financeiro quer dizer esta taxa turística é um maná, um maná para a Região Autónoma dos Açores e vai ser a solução para todos os males. E depois gostaria de dizer também o Sr. Deputado Vasco Cordeiro que a questão e só face à questão dos seguros como o Sr. Deputado sabe muito bem, mesmo os seguros mais multirriscos e tudo na sua grande maioria não cobrem desastres naturais e por isso, até nesse particular.

**Deputado Vasco Cordeiro:** Mas isso está correto. Nada contra!

**O Orador:** E trapalhada eu não preciso de ir ao milénio passado como foi o Sr. Deputado Paulo Estêvão relativamente aos fundos do Deputado José Contente, mas a realidade é esta o Sr. Deputado José Contente, na altura nós

queríamos introduzir alterações a este diploma, queríamos fazer alterações a este diploma e até fomos sensíveis aos seus trocadilhos de ontem que estava já a brincar com os fundos e fundinhos, e, então, se calhar ajustámos o nome e não tivemos qualquer problema em ajustar o nome aquilo que era o regime financeiro. Sendo que, sendo que não tinha problema nenhum em ser fundo, mas em abono da transparência e da maior relação entre os nomes e aquilo que eles efetivamente fazem, nós fizemos essa alteração, coisa que o senhor não fez e votou e mostra bem a trapalhada do Partido Socialista não tem problema nenhum em chamar a uma prótese da anca doente oncológico, a um maxilo-facial doente oncológico, a uma esclerose múltipla doente oncológico. O senhor não teve problema nenhum em continuar a chamar complemento especial a doente oncológico a tudo o que seja suplemento para doentes deslocados.

**Deputado Pedro Pinto:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)*

**Deputada Alexandra Manes:** Pergunte a eles se eles se importam?!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado! Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do governo eu intervenho mais uma vez, pela terceira vez para perguntar à coligação sobre a sua proposta de alteração, nomeadamente ao artigo 5.º sobre a possibilidade ou não, de entidades coletivas com sede fora da Região Autónoma dos Açores, mas com estabelecimento na Região Autónoma dos Açores puderem aceder a este mecanismo, pela terceira vez.

Sr. Deputado Rui Martins, eu quando estava a referir-me sobre o orçamento referia-me à forma de o fazer. E já agora o senhor mentiu.

**Deputado não identificado:** Gastou-se...

**O Orador:** Gastou-se e bem. E Sr. Deputado, o senhor mentiu. Mentiu porque o Bloco de Esquerda absteve-se nesse orçamento suplementar.

**Deputado Rui Martins:** O senhor viabilizou.

**Deputado Pedro Neves:** Pensa pela sua cabeça...

**Deputado Vílson Gomes:** Ora muito bem!

**O Orador:** E a mentira é uma coisa que não lhe fica bem, Sr. Deputado. E absteve-se porque discordava nomeadamente da questão dos apoios ao emprego que não garantiam a manutenção de todo o emprego.

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** E tinha um objetivo claro, o senhor vem aqui fazer um número e dizer uma mentira. Agradeço um pedido de desculpas. Muito obrigado!

**Presidente da Assembleia:** O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate deste diploma. Tem a palavra o senhor Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado Sr. Presidente. Senhoras e Srs. Deputados e membros do Governo. Sr. Deputado Paulo Estêvão, vejo a taxa turística como o diabo, e que o PAN faz, pelo menos aparenta pelo seu argumento, é que nada faz de jeito e o PS aproveita a inocência do PAN para dar problemas ao Governo. O problema dos empresários e discordo de si porque, pelo menos da sociedade civil que teve a oportunidade de falar comigo deu os parabéns por esta taxa turística e não a sociedade civil que cada partido escolhe para dar voz aquilo que é ou não é bom para apresentar a esta assembleia. Para os empresários do alojamento local o problema não vai ser a taxa turística do PAN, para o problema do alojamento local vai ser o acórdão em que proíbe AL's dentro dos prédios, isso é que vai ser um grave problema para os empresários a taxa turística vais ser um *fait-divers* tendo em conta o acórdão isso é que vai ser um problema para os nossos empresários. Vamos ser sinceros relativamente aos problemas dos empresários, não será a taxa turística, Sr. Deputado Paulo Estêvão? E obviamente após a alteração do PAN foi apenas para dar uma ajuda, relativamente, a uma receita adicional, além da taxa dos plásticos que não vai servir, obviamente, as populações que

foram afetadas nas últimas cheias. Por isso, é que nós fizemos essa proposta de alteração de algo que nós defendemos que é, obviamente, a taxa turística que foi aprovada e esperamos nós que o senhor representante da República irá ter, obviamente, a sua humildade e a sua análise e que não vá, vetar esse diploma, mas se vier também vem aqui e obviamente sempre se viu as bancadas defender a autonomia relativamente aos vetos do senhor representante e por isso, Sr. Deputado Paulo Estêvão, e o PAN para não menorizar o que o PAN faz apenas para atacar o Partido Socialista que por sua vez quer atacar o Governo. Não é isso que acontece, o PS pensa pela sua cabeça e achou que a taxa turística é algo relevante para a Região Autónoma dos Açores.

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa

(\*) **Deputado João Bruto da Costa:** Sr. Presidente, senhoras e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Eu peço a palavra para intervir neste debate, porque não é admissível este falso moralismo, que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro tento não ir com conversas de que foram atribuídos apoios ilegais ... Ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro tentou trazer aqui com não venham com conversa de que foram atribuídos apoios ilegais e o outras coisas. Ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro Comissão de Inquérito à Segurança Social dos Açores em 2006, fundo de Socorro Social, apoios para pagamento de divórcios, apoios para pagamento de dívidas, apoio para pagamentos sem justificação conforme ficou demonstrado e inúmeros casos tanto de que o Fundo de Socorro Social ficou conhecido como Fundo Socorro eleitoral do Partido Socialista.

**Deputado Miguel Costa:** Devagar Sr. Deputado!

**O Orador:** Portanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o seu falso moralismo não pode entrar neste debate como uma diferença que nós somos aqui e que só fazemos tudo bem, e portanto não nos acusam de alguma vez nos termos enganados, porque trapalhada Sr. Deputado Vasco Cordeiro é o que estamos

todos hoje a pagar com a trapalhada do cachalote, do avião da SATA que custou à região muitos milhões de euros.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

E não quero deixar de dizer também reforçando aquilo que foi já dito pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão da sua forma como o debate parlamentar está a decorrer neste âmbito depois de ontem.

É que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro hoje está em eleições e está com toda a sociedade açoriana, nomeadamente todos aqueles que querem a recuperação económica do turismo a criticá-lo por aquilo que o senhor fez ontem foi aprovar uma taxa turística que neste momento é tudo menos indicada para os Açores. É isso que o está a incomodar.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

É as eleições internas do seu partido, o seu partido olhar para si, e ver que o senhor não consegue na sociedade açoriana fazer vingar ideias que sejam úteis em termos eleitorais.

Sr. Deputado, sejamos aqui corretos estamos a discutir um diploma que é bom para os Açores que é bom para resolver os problemas dos açorianos, coisa que os senhores não conseguiram fazer em 24 anos de Governo.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado Atingimos a nossa hora regimental, vamos fazer o intervalo para almoço e regressamos às 15.

*Eram 13 horas.*

**Presidente da Assembleia:** Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

*Eram 15 horas e 08 minutos*

Sras. e Srs. Deputados, estávamos antes da hora de almoço a discutir a proposta de decreto legislativo regional nº 29/XII, que cria o fundo de emergência climática. A Mesa não tem, neste momento, nenhuma inscrição. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, alerto que vamos começar as votações.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então começar as votações começando, naturalmente, por votar este diploma na generalidade. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** A proposta foi aprovada com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do deputado independente, com 2 votos contra do BE e com a abstenção de 24 votos do PS e 1 do PAN.

**Presidente da Assembleia:** Iniciamos o debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições? Vamos iniciar as votações. Existem duas propostas de alteração ao artigo 1º, ambas do PSD, do CDS-PP e do PPM. Pergunto à câmara se posso colocá-las à votação em conjunto? Sim? Então estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelos grupos parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM ao artigo 1º do diploma. As

Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** A alteração foi aprovada por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Está à votação o artigo 1º do diploma com estas propostas de alteração que acabamos de introduzir. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** A alteração do artigo 1 final foi aprovada por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto as duas propostas de alteração apresentadas pelos grupos parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM ao artigo 2º em conjunto? Estão à votação as propostas apresentadas pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM ao artigo 2º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** Foram aprovadas por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Coloco à votação o artigo 2º do diploma com as propostas de alteração que acabamos de introduzir. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** Foram aprovadas por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Pergunto à câmara se posso colocar as propostas de alteração apresentadas pelos grupos parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM ao artigo 3º em conjunto? Sim? Então coloco à votação as propostas apresentadas pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM ao artigo 3º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** A proposta foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do deputado independente.

**Presidente da Assembleia:** Coloco à votação o artigo 3º com estas propostas de alteração que acabamos de aprovar. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar. Faz favor.,

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado com os votos a favor: 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do deputado independente, votos contra: 2 do BE e 1 do PAN e 24 votos de abstenção do PS.

**Presidente da Assembleia:** Estão à votação as propostas de alteração pelos grupos parlamentares do PDS, do CDS-PP e do PPM ao artigo 4º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** Foram aprovados por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Está à votação o artigo 4º do diploma com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovada a alteração com os votos a favor: 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do PAN, 1 do deputado independente e 24 abstenções do PS.

**Presidente da Assembleia:** Pergunto à câmara se posso colocar à votação a proposta de alteração e a proposta de aditamento apresentadas pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM ao artigo 5º em conjunto? Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo grupo parlamentar do PSD, do CDS-PP e do PPM

ao nº 1 do artigo 5º e a proposta de aditamento do nº 3 ao artigo 5º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. Vamos repetir. Muito bem. Mas podemos fazê-la nos mesmos moldes, em conjunto. Então vamos colocar à votação novamente a proposta de alteração apresentada pelos grupos parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM ao nº 1 do artigo 5º e a proposta de aditamento do nº3 ao artigo 5º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 deputado independente e com a abstenção do BE e... 2 do BE e 1 do PAN. Abstenção, não, voto contra! Contra!

**Presidente da Assembleia:** Voto contra.

**Secretário da Assembleia:** Contra! Vou repetir. Foi aprovado então com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 deputado independente e com os votos contra do BE e do PAN.

**Presidente da Assembleia:** Coloco à votação o artigo 5º com as propostas de alteração que acabamos de introduzir. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. As... faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 deputado independente e com votos contra: 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente da Assembleia:** Os próximos 6 artigos não foram alvo de propostas de alteração. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto? Não? Vamos votar um a um. Pode ser 6º e 7º em conjunto? Sra. Deputada Andreia Cardoso, 6º e 7º em conjunto. Não? Pronto, vamos votar

em separado. Está à votação o artigo 6º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. As senhoras e os senhores deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** O artigo 6º foi aprovado com 20 votos do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 deputado independente, com 2 votos contra do BE e com 24 votos de abstenção do PS e 1 do PAN.

**Presidente da Assembleia:** Coloco à votação o artigo 7º... Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor.

**Deputada Andreia Cardoso:** Pedia para a votação ser ponto a ponto, Sr. Presidente.

**Presidente da Assembleia:** O 7º? Então está à votação o nº 1 do artigo 7ª. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. A senhora e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado com 24 votos do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 deputado independente, com 2 votos contra do BE e 1 voto de abstenção do PAN.

**Presidente da Assembleia:** Está à votação o nº2 do artigo 7º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. A senhor e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 deputado independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente da Assembleia:** Está à votação o nº 3 do artigo 7º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 deputado independente e com 24 votos contra do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente da Assembleia:** Está à votação o artigo 8º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 deputado independente e com 24 votos contra do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente da Assembleia:** Coloco à votação o artigo 9º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. A senhora e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado com 24 votos do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do deputado independente e com 2 votos contra do BE e 1 do PAN.

**Presidente da Assembleia:** Está à votação o artigo 10º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam... Sra. Deputada Andreia Cardoso, tem a palavra.

**Deputada Andreia Cardoso:** Sr. Presidente, era para pedir a votação ponto a ponto, por favor.

**Presidente da Assembleia:** Ponto a ponto? Vamos colocar à votação então o nº 1 do artigo 10º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do deputado independente...

**Presidente da Assembleia:** E 1 do PAN.

**Secretário da Assembleia:** ...e 1 do PAN e 24 votos de abstenção do PS e 2 votos contra do Bloco de Esquerda.

**Presidente da Assembleia:** Coloco à votação o nº 2 do artigo 10º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. A senhora e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado com 24 votos do PS... a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 deputado independente e votos contra: 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente da Assembleia:** Coloco à votação o nº 3 do artigo 10º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. A senhora e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 deputado independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente da Assembleia:** Está à votação o nº 4 do artigo 10º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. A senhora e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PDS, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 deputado independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente da Assembleia:** Está à votação o nº 5 do artigo 10º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado com 24 votos a... foi aprovado com 20 votos do PDS, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 deputado independente, 2 votos contra do BE e 1 do PAN e 24 abstenções do PS.

**Presidente da Assembleia:** Está à votação o artigo 11º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. A senhora e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 deputado independente, votos contra: 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente da Assembleia:** Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelos grupos parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM ao artigo 12º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Coloco à votação o artigo 12º do diploma com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Está à votação a proposta de alteração apresentada pelos grupos parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM ao nº 2 do artigo 13. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Coloco à votação o artigo 13º do diploma com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir. As Sras. e os Srs.

Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. A senhora e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 deputado independente. Votos contra: 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente da Assembleia:** Coloco à votação a proposta de aditamento do nº 3 ao artigo 14º apresentada pelo PAN. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** Foi rejeitada a proposta com 24 votos a favor do PS e 1 voto a favor do PAN. Votos contra: 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 deputado independente.

**Presidente da Assembleia:** Está à votação o artigo 14º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do deputado independente e da Iniciativa Liberal. Votos contra: 2 do BE e 1 voto do PAN.

**Presidente da Assembleia:** Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM ao artigo 15º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. A senhora e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 deputado independente. Votos contra: 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente da Assembleia:** Está à votação o artigo 15º do diploma com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar. Faz favo.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovada a proposta com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 deputado independente. Votos contra: 2 do BE e 1 do PAN e 24 abstenções do PS.

**Presidente da Assembleia:** Coloco à votação o artigo 16º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Votação final global. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 deputado independente. Votos contra: 2 do BE e 1 do PAN e 24 abstenções do PS.

**Presidente da Assembleia:** Encerramos assim este ponto da nossa agenda. Damos continuidade aos trabalhos nos termos definidos pela conferência de líderes na reunião de há pouco. Senhor deputado António Lima, faz favor, tem a palavra para uma declaração de voto. Faça favor.

(\*) **Deputado António Lima:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda votou contra esta proposta do Governo Regional de criação de um fundo de emergência climática porque ela tem um conjunto de problemas. Um conjunto de problemas que começam pela forma como ela surge, sob a forma de um fundo que depois é alterado para outra

forma, mas principalmente, ainda relativamente à forma, pelo quase inexistente financiamento que tem, pela inexistência de qualquer motivo que tenha levado até aqui alguém ficar sem apoios por via da sua inexistência, pela sua... ainda relativamente à forma, pela sua completa falta de detalhe e de estabelecimento de critérios para acesso a ela porque são todos remetidos, quase na sua totalidade, aliás, para o decreto regulamentar, principalmente no que diz respeito às pessoas coletivas. Por outro lado, esta proposta é uma proposta que tem laivos de xenofobia para com algumas entidades...

**Deputado João Bruto da Costa:** Sr. Presidente, isto não é admissível!

**O Oradora:** ... porque exclui pessoas coletivas que, não tendo sede nos Açores, têm estabelecimento e eu fiz essa pergunta no debate por três vezes e três vezes o proponente ignorou e fingiu que ela não existia. Também é por falta de clareza, por falta de transparência e pelo desrespeito pelo parlamento, nesse caso, não pelo Governo, mas por quem também apresentou propostas de alteração e que foi incapaz e se recusou a esclarecer a câmara sobre a proposta que apresentou.

**Deputado Pedro Pinto:** A sério?

**O Orador:** Ou seja, é uma proposta que tem certamente outros sentidos que nós não estamos a ver e que certamente serão... ficaremos a saber mais tarde, por decreto regulamentar. E não é o papel do parlamento andar a corrigir o Governo. O Governo é que tem que apresentar propostas claras a este parlamento. E tem que dar as respostas, neste caso, através da coligação, as respostas que o parlamento exige. Por esses motivos, o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda votou contra e votou contra porque ninguém ficou, até agora, ...

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Ah, não?

**O Orador:** ... nem ficaria sem apoio, se o Governo quisesse, se o Governo quisesse, ficaria sem apoio pela inexistência deste regime jurídico. Disse.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Podemos avançar nos nossos trabalhos? Sras. e Srs. Deputados, vamos avançar para o ponto 11. Sr. Deputado Paulo Estevão, para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Estevão:** Declaração de voto.

**Presidente da Assembleia:** Faz favor, Sr. Deputado, para declaração e voto.

(\*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Muito rapidamente, só para dizer que a proposta que foi apresentada e foi aprovada neste parlamento clarifica, garante os direitos das pessoas, permite uma resposta rápida e tem o grau de flexibilidade suficiente para poder funcionar com eficácia. Nada do que aqui foi dito ao longo do debate influenciou a decisão de voto do PPM, exatamente não por ter sido dita por outros, mas por não ter validade do ponto de vista da argumentação. Referenciar xenofobia e associar essa palavra a empresas, utilizar este conceito para o associar às empresas, é, na minha perspetiva, atacar aquela que é a gravidade que significa este problema, a xenofobia! Eu considero que se trata de... eu digo isto com muita responsabilidade! Porque a xenofobia é algo de absolutamente condenável, tem considerado... tem provocado um sofrimento humano tremendo em muitas zonas do mundo e, portanto, este termo não pode ser utilizado de ânimo leve,...

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Muito bem!

**O Orador:** ... muito menos para aplicá-lo às empresas!

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Muito bem!

**O Orador:** Isto não pode ser! É demasiado grave para que se faça este tipo... associar um conceito como a xenofobia às empresas!

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Muito bem!

**O Orador:** E outra questão, que tem a ver, sobretudo, com um conceito, que se quer aqui introduzir. Quando alguns partidos políticos apresentam aqui propostas neste parlamento, desrespeitam o parlamento porque apresentam propostas! Ora, isto é também um ataque à democracia! É um direito que assiste a todos os grupos parlamentares, representações parlamentares e Srs.

Deputados, apresentarem aqui propostas de alteração àquelas que são as iniciativas do Governo ou de outros grupos! Portanto, dizer que isto ataca a liberdade, ataca o prestígio do parlamento... o que ataca o prestígio do parlamento é não fazer isso, é não apresentar propostas, é de alguma forma coartar a liberdade de expressão dos diferentes deputados neste parlamento!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Penso que podemos avançar. Deu entrada na Mesa um requerimento do Partido Socialista para que seja retirado o ponto 11 da agenda. Admitido o requerimento, vou colocá-lo à votação, como assim impõe o regimento. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado o requerimento por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Avançamos para o ponto 12 da nossa agenda. Projeto de resolução nº 90/XII, recomenda o Governo Regional a negociação da taxa de juro a aplicar ao pagamento de juros de mora relativo a dívidas referentes ao fornecimento de energia, uma iniciativa apresentava pelo grupo parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima:** Sr. Presidente, ao abrigo do artigo 134 do nosso regimento, o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda requer a baixa à comissão do presente projeto de resolução.

**Presidente da Assembleia:** Coloco este requerimento oral à votação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Ponto 13, relatório e parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de imunidade parlamentar para que o Sr. Deputado Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto possa prestar depoimento no âmbito do inquérito nº 402/21 9T9AGH. O relatório foi distribuído pelas Sras. e Srs. Deputados. Pergunto se há inscrições? Penso não existir. Vamos passar à votação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** Foi aprovado por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Ponto 14, pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do projeto de resolução nº 103/XII, isenção de pagamento de contribuições para a Segurança Social no setor agrícola, apresentado pelos grupos parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM. Senhor deputado Bruno Belo, tem a palavra para justificar a urgência.

(\*) **Deputado Bruno Belo:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A urgência desse projeto de resolução tem a ver com o atual momento da economia mundial, da economia nacional, da economia regional e daquilo que é o setor que está verdadeiramente afetado pelas condicionantes que neste momento estão a afetar a Europa, de uma forma particular, mas o mundo todo, de uma forma geral. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, coloco à votação esse pedido de urgência. As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** A urgência foi aprovada por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo para apresentação do diploma.

(\*) **Deputado Bruno Belo:** Obrigado, Sr. Presidente. Os produtos agrícolas em Portugal, em geral e nos Açores, em particular, passam presentemente por muitas dificuldades, devido a uma conjuntura internacional desfavorável, resultante da subida acentuada dos preços e dos fatores de produção e dos combustíveis. Um exemplo da importância do setor no arquipélago é o facto de, nos Açores, com apenas 2% do território nacional, contribuírem com 37% de toda a produção de leite em Portugal. Em 2015 e 2016, os X e XI Governos da República, reconhecendo as dificuldades do setor e da produção de leite, carne e produção de carne de suíno que então enfrentavam, determinaram a dispensa parcial ou total do pagamento das contribuições à Segurança Social. Pelos produtores de leite da nossa região, do nosso país, apresentamos uma recomendação ao Governo, no sentido de minorar a crise que afeta todo este setor. A criação de um regime temporário de isenção total ou parcial do pagamento das contribuições à Segurança Social. A criação deste regime permitirá aliviar os encargos crescentes daqueles que são os produtores de leite, os encargos também daqueles que são os produtores de carne e hortícolas e frutícolas. Sras. e Srs. Deputados, numa atitude responsável e cautelosa nas contas públicas, que a todos nós dizem respeito, propomos a dispensa temporária do pagamento das contribuições à Segurança Social e que essa dispensa seja avaliada no final deste ano e se afira se é ou não pertinente a sua continuidade. Uma medida de curto prazo de impacto imediato é, precisamente, a da isenção do pagamento das contribuições para a Segurança Social aos produtores agrícolas, aos seus cônjuges e aos seus trabalhadores. Dispensar o pagamento das contribuições à Segurança Social dos produtores agrícolas, aos cônjuges e aos trabalhadores alivia as tesourarias dessas empresas, tradicionalmente familiares e muito, muito importantes para o tecido económico da nossa região e para a manutenção dos postos de trabalho. Os agricultores são produtores de alimentos, são eles que garantem a nossa soberania alimentar e é justo que o reconheçamos. Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM:** Muito bem!  
Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o diploma e estão abertas as inscrições. Senhor deputado Gustavo Alves, faça favor.

(\*) **Deputado Gustavo Alves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. O setor agrícola tem enfrentado diversas dificuldades ao longo dos anos, como secas, tempestades avassaladoras e falta de mão-de-obra para garantir o crescimento económico desejado pelos produtores. Além desses problemas, acresce o que está mais do que evidenciado, a terrível inflação do preço dos combustíveis e de quase tudo o que vamos buscar à prateleira da loja. Considerando que este setor tem um peso enorme na região, é necessário tomar medidas e este diploma inclui algumas dessas medidas, mostrando o valor que o setor primário tem. Se já o tem em tempos ditos normais, ainda mais em tempos de crise. Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD do PPM:** Muito bem!  
Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa não tem mais inscrições. Senhor deputado Carlos Furtado, faça favor.

(\*) **Deputado Carlos Furtado:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Associo-me

perfeitamente essa iniciativa porque acho que é da maior urgência e da maior sensatez que seja tomada essa iniciativa para atenuar aqueles que são os constrangimentos dos nossos produtores agrícolas relativamente à situação difícil que todos atravessam. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Senhor deputado Nuno Barata, faça favor.

(\*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. A taxa social única incide com 35% sobre o rendimento do trabalho de qualquer trabalhador. Uma das cargas fiscais mais elevadas, se a ela associarmos o IRS, é das cargas fiscais mais elevadas de toda a OCDE. É absolutamente imoral! E este projeto de resolução, apesar da sua bonomia e à qual nos vamos associar por entendermos que a taxa em si, e poderemos até considerar um imposto, é imoral, é absolutamente discriminatória. É bom que isso fique bem claro! E vai criar um problema grave de discriminação perante outros setores, inclusivamente em setores que prestam exclusivamente serviços ao setor agrícola. E apesar de percebermos, de entendermos a exposição de motivos e urgência, queremos deixar bem claro que apenas aprovamos esta resolução tendo em conta o estado de emergência económica em que os Açores se encontram e considerando que a taxa em si é abusivamente cobrada a todos os setores económicos e a todos os trabalhadores deste país. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Senhor deputado Pedro Neves, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo. É exatamente aquilo que o Sr. Deputado do IL disse, eu iria dizer. Temos uma discriminação positiva, por um lado, para um determinado setor, temos uma discriminação negativa para todos os restantes setores. E eu recorro, que eu já começo a ter também uma base de dados, apesar de estar aqui há pouco tempo, sobre uma iniciativa sobre os apicultores, e coitadinhos dos apicultores por causa do combustível, mas

agora não vejo os apicultores a quererem este projeto de resolução. E também pergunto, já agora, pergunto também ao proponente desta iniciativa, e é mesmo uma pergunta válida, nós não estamos a definir em termos dos produtores de hortícolas e frutícolas, mas estamos a definir em termos dos produtores de carne, do qual nós temos bovino, suíno e aves. Por alguma razão, há outro tipo de animais que ficou de fora? Essa é a minha pergunta. É uma pergunta e essa pergunta pode definir, obviamente, o sentido de voto. O PAN, obviamente, devido mesmo à discriminação negativa, não pode, obviamente, ficar fora desta proposta, apenas por uma razão. E não são as hortícolas e frutícolas, Sr. Deputado Bruno Belo, que está-se a rir, apenas estamos aqui a falar na sua larga maioria de famílias e de famílias que vão ser extremamente afetadas. Eu gostaria também de ver a coligação a fazer exatamente o mesmo projeto para outros setores da sociedade, aí sim, vão, neste momento, achar que este parlamento só quer é leite e pecuária e esquece-se completamente de todas as outras vertentes setoriais dentro dos Açores. Obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras:** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Apresentamos esta iniciativa pela importância que a agricultura também tem para os Açores, a verdade é que é um setor fundamental para a sustentabilidade económica, social e ambiental também da região. Cerca de 50% da população ativa trabalha direta ou indiretamente neste setor e, como tal, é um setor que todos sabemos que tem atravessado graves dificuldades, a subida do preço de mercado de matérias-primas acentuou-se quando atravessamos a pandemia, entretanto, claro que a guerra da Ucrânia tem vindo a acentuar este problema que já existia e os produtores agrícolas têm enfrentado graves dificuldades. Por exemplo, uma tonelada de milho tem um aumento, mais ou menos, de 120,00€, os adubos também, ou seja, os próprios prestadores de serviços

também têm enfrentado algumas dificuldades, é natural, por exemplo, que este ano, quando forem realizados os rolos para alimentação dos bovinos, certamente estes também terão um incremento no seu valor e, como tal, têm sofrido estas consequências, que têm sido transversais a várias áreas. E a verdade é que esta iniciativa abrange não só os produtores de leite ou produtores de carne, mas também os produtores de hortícolas e frutícolas, é esse o entendimento, foi este o entendimento da coligação, apresentar este sinal para os produtores. Consideramos que é importante porque precisamos de uma agricultura que esteja saudável, que esteja pujante, capaz de enfrentar os desafios do futuro porque assim também vamos ter uma região mais próspera e é nesse sentido que apresentamos esta iniciativa que visa esta isenção. Não é nada de novo, a verdade é que isto já aconteceu também no passado, exatamente para também colmatar dificuldades no setor agrícola e este foi o entendimento da iniciativa apresentada por nós, foi neste sentido de fazer este apoio...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine.

**A Oradora:** ...termino já... aos produtores agrícolas, mas nada invalida, e estamos todos aqui, que cada grupo ou representação parlamentar o possa fazer também para outros setores que considerem pertinentes. Obrigada, Sr. Presidente.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(\*) **Deputado José Pacheco:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Apenas para dizer que o Chega acompanha esta iniciativa e tudo o que possa ajudar esse setor agrícola num momento tão difícil e que tem atravessado uma série de dificuldades e que se adivinha, continuará a atravessar, nós estamos aqui também para apoiar, assim como estaremos também para apoiar outros setores que vão sofrendo algumas consequências de pandemias, de guerras, de uma série de coisas. Não é a solução, mas é uma solução. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva. Faça favor.

(\*) **Deputado Carlos Silva:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. De facto, o setor agrícola nos Açores enfrenta dificuldades acrescidas, não é de agora, já em novembro o Partido Socialista alertou que o aumento dos custos de produção, o aumento dos custos com a energia, o aumento do gasóleo agrícola, tudo isso provocava graves constrangimentos ao setor e a verdade é que o Governo não tem feito tudo o que está ao seu alcance para minorar esses problemas. É conhecida de todos a posição do Partido Socialista, mais recentemente, em março, voltamos a questionar o Governo sobre o trabalho que estava a ser feito para apoiar os produtores. O trabalho está a ser feito tardiamente, são apresentadas poucas soluções e basta ver o que dizem os agricultores na nossa região. Relativamente ao diploma, à resolução que está aqui em discussão, ela tem algumas limitações, já aqui foram apresentadas algumas, pela sua abrangência, pela forma como trata também outros setores, mas o importante, e aqui o sinal que o Partido Socialista quer dar é também que não se irá opor a esta iniciativa e, portanto, irá se abster porque reconhece que os agricultores dos Açores também precisam de um apoio e de um sinal de apoio relativamente aos problemas que enfrentam, que são graves, e esta pode ser uma solução. Não votaremos favoravelmente porque a proposta tem algumas limitações. E é apenas esse o nosso sentido de voto. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(\*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Muito rapidamente, para dizer que, do que nos diz respeito, percebemos a mensagem que nos foi transmitida, quer pela Iniciativa Liberal, quer pelo PAN, quer pelo próprio Partido Socialista e também pelo Chega em relação à necessidade de expandir este tipo de medidas para outros setores e mesmo neste âmbito. E por isso, como se trata

de uma recomendação, dizer apenas que o Governo Regional deve tomar em boa nota este conjunto de tomadas de posição dos diversos grupos parlamentares e estou certo que o fará.

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Senhor deputado António Lima, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado António Lima:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. O setor agrícola, como muitos outros, atravessa uma situação e um período de grandes dificuldades pelo aumento dos custos de produção, nomeadamente de combustíveis, mas não só, que, por sua vez, se refletem imenso na sua atividade. Esses custos não tardarão cada vez mais a serem transferidos para os consumidores, que se verão também cada vez mais numa situação aflitiva sem poderem pagar as suas compras, sem poderem comprar bens de primeira necessidade e, de facto, sem poderem aceder a muitos produtos que, em situações normais, por vezes até já têm dificuldades, muitos, infelizmente, mas terão cada vez mais dificuldades. Nós vemos esta proposta como algo, de facto, muito excepcional, em primeiro lugar, e porque é, de facto, um setor que aquilo que produz são bens essenciais, são bens alimentares e cujo preço, de facto, importa precaver aumentos muito grandes, que levarão a extremas dificuldades da população. Com algumas reservas, iremos votar favoravelmente, por esse motivo. Mas, de facto, a banalização da dispensa do pagamento das contribuições à Segurança Social não pode, de forma alguma, acontecer. E não pode ser a primeira medida a que se deita a mão assim que há uma crise. Há outros instrumentos para o fazer e o Governo dos Açores, tal como o Governo da República, têm outros instrumentos. Não nos parece, de forma alguma, que ela deva ser alargada a todos os setores e não nos parece, de forma, que ela deva ser aplicada durante muito tempo. Deve ser um período curto, até que se encontrem soluções mais abrangentes e mais estruturais. Com essas ressalvas, e são ressalvas bastante fortes, nós, no entanto, considerando a situação por que passamos, iremos votar favoravelmente. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Senhor deputado Bruno Belo, faça favor.

(\*) **Deputado Bruno Belo:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Em primeiro lugar, dizer ao Sr. Deputado Nuno Barata que, obviamente, essa iniciativa não tem o objetivo de trazer aqui a discussão sobre a TSU e essa discussão fará sentido no seu todo e na discussão dessa mesma taxa. Obviamente que esta não é a solução, é uma solução, como já foi dito aqui. Relativamente àquelas que são as áreas abrangidas, naturalmente, é o setor agrícola na sua generalidade, mas o Governo da República nada impede que o faça nas outras áreas de atividade e que tem conhecimento que a conjuntura internacional traz problemas acrescidos a todas as áreas. Só que também é justo que reconheçamos que o setor primário foi dos mais afetados,...

**Deputado Nuno Barata:** Talvez não!

**O Orador:** ... do ponto de vista dessa conjuntura internacional. Por outro lado, Sr. Deputado Carlos Silva, nós percebemos que não há nenhum projeto de resolução que seja totalmente completo. E este, naturalmente, terá os aspetos...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine.

**O Orador:** ...incompletos normais. Só que é importante que se registre que este Governo procedeu ao pagamento de todos os rateios no setor agrícola nos Açores!

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** E o senhor tem por hábito esquecer esse aspeto! Que foi uma coisa que o Governo do Partido Socialista, por opção política, nunca fez! Finalmente, Sr. Deputado, há aqui...

**Presidente da Assembleia:** Senhor deputado, tem mesmo de terminar!

**O Orador:** Sr. Presidente, é só mesmo uma frase! Há aqui uma grande diferença: o PSD e a coligação apresentam redução de taxas, o Partido Socialista aprova taxas.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(\*) **Deputado Carlos Silva:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Senhor deputado Bruno Belo, só para dizer que este é o Governo que está em funções, que aumentou em quase 100% o imposto sobre o gasóleo agrícola e, portanto, isso diz muito do seu Governo!

**Deputado Berto Messias:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, tem a palavra. Faça favor.

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Também para participar

no debate, essa iniciativa parlamentar que foi apresentada por três grupos parlamentares, no sentido de dar a nossa opinião daquilo que está hoje em discussão e vai ser decidido politicamente. Dizer que o Governo Regional aprecia a iniciativa porque há várias formas de acudir a uma crise e, designadamente, a uma crise que é externa, provocada por consequências externas e que está a afetar um setor produtivo, um setor que fixa pessoas, um setor que tem um efeito multiplicativo, mas também tem um efeito dominó. Estão-me a dizer que eu tenho 2 minutos. Bom, é nesse sentido então, acelerando, que o Governo Regional vê com bons olhos, de facto, essa iniciativa e já em março, a 24/03/2021, tinha escrito ao Governo da República a solicitação da isenção temporária da Segurança Social para os agricultores dos Açores. Foi negada essa mesma intenção, naquilo que é um registo também na Assembleia da República. Não foi só em 2015, mas também em 2017 houve uma resolução para isentar temporariamente em 35% as contribuições para a Segurança Social dos agricultores. Foi uma iniciativa do PSD de então.

**Deputado Carlos Silva:** Sr. Deputado e o gasóleo agrícola?

**Deputado Berto Messias:** Quem era o deputado, diga lá?

**O Orador:** Bom, para dizer-vos também que esta crise... o Governo Regional não aumentou qualquer imposto sobre o gasóleo agrícola, pelo contrário, está em negociações para, juntamente com o Governo da República, como sabe, houve um conjunto de medidas anunciadas pelo Governo da República para acudir à crise, ...

**Deputado Berto Messias:** Pare de fazer guerrilha com o Governo da República!

**O Orador:** ... em articulação com o Governo Regional, o que queremos é, de facto, saber qual é, que ainda hoje não sabemos, talvez o Partido Socialista saiba-nos dizer, qual é que vai ser a percentagem da reserva de crise dos 9,1 milhões de euros dados ao estado-membro, a Portugal, resultante dos 500 milhões de euros da reserva de crise!

**Deputada Catarina Cabeceiras:** Muito bem!

**O Orador:** Ainda hoje estamos à espera de saber qual é a percentagem que nós vamos receber! Ninguém nos diz qual é que é essa percentagem! E sem receber... e sem essa percentagem, apesar de nós já termos tido uma reunião com a senhora ministra, ter solicitado, efetivamente, essa percentagem, nós não sabemos e, sem saber essa percentagem, não podemos atuar ao nível de medidas que possam ir de encontro aos agricultores. E, portanto, rapidamente, precisamos de saber, destes 9,1 milhões de euros, qual é a percentagem. Para além disso, nós já tomamos um conjunto de medidas regionais que vão de encontro...

**Presidente da Assembleia:** Sr. Secretário Regional, tem de terminar!

**O Orador:** ... a atenuar aquilo que é a crise por razões externas. Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias:** Pare de fazer guerrilha com o Governo da República, fica-lhe mal. Sente-se com o Governo da República para resolver soluções, não para fazer guerrilha

*(O Deputado Marco Costa ocupou o seu lugar na Mesa)*

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Secretário regional. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos passar à votação deste projeto de resolução. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário da Assembleia:** O projeto de resolução nº 103/ XII foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do deputado independente, 24 votos de abstenção do PS.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Está encerrado assim este ponto da nossa agenda. Avançamos para o ponto 16, pedido de urgência da dispensa

e exame em comissão do projeto de resolução nº 104/XII, pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o reforço dos meios e ações de fiscalizações da subárea dos Açores, da zona económica exclusiva. É uma iniciativa apresentada pela representação parlamentar do IL. Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. A urgência dessa resolução de assunto bastante antigo, prende-se com o facto de ela poder implicar alterações à lei do Orçamento de Estado que está breve a ser debatido na Assembleia da República. Se não for aprovada agora, pode não poder ser executada nos tempos mais próximos.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos colocar à votação este pedido de urgência. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** O pedido de urgência colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Tendo sido aprovado o pedido de urgência, dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata para apresentação do diploma. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. O Estado português, ao longo destes anos todos que levamos de autonomia constitucional, não cumpre, não quer cumprir e continua a não querer cumprir com as suas obrigações com as regiões autónomas, neste caso, com a Região Autónoma dos Açores. Este assunto é vetusto, *tem cabelo*, como diz o nosso povo. Esta Assembleia já se pronunciou sobre ele noutras circunstâncias. E o que fez a República, seja ele Governo de que partido for? Quase coisa nenhuma. Tempo houve, inclusive, em que reduziu meios. E se é verdade que alguns meios há pouco tempo foram anunciados, não sei se a reboque dessa urgência ou se não, um reforço

de meios aéreos, um reforço de meios navais, o que é facto é que, principalmente nas águas territoriais, ou seja, dentro das 12 milhas, a devida fiscalização continua a não existir, a autoridade marítima continua a não ter meios nas ilhas mais pequenas dos Açores, ...

**Deputado Carlos Freitas:** Muito bem!

**O Orador:** ... onde alguns pescadores são saqueados diariamente e algumas ilhas dos Açores não têm sequer o número suficiente de efetivos da autoridade marítima para dar apoio às solicitações da inspeção regional das pescas e de outras autoridades regionais que não têm poder, jurisprudência sobre as zonas marítimas. E é neste sentido que a Iniciativa Liberal traz mais uma vez a este parlamento, nós trazemos pela primeira vez, mas outros partidos já trouxeram outras vezes, este projeto de resolução, no sentido de, mais uma vez, pressionarmos a República para cumprir com o povo dos Açores. Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa:** Apoiado!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Tem vossa excelência, Sr. Deputado, inteira razão. Senhor deputado Nuno Barata, tudo o que descreve aqui no voto é verdade, as suas preocupações são legítimas e eu só não concordo com uma coisa. Eu só não concordo é que vossa excelência queira remeter para a ONU esta informação em que se diz que Portugal não tem os meios para fiscalizar as zonas que estão sob a nossa soberania e sob a nossa responsabilidade. É preciso que nós temos uma candidatura na ONU em que solicitamos a jurisdição sobre um espaço enorme, de 4 milhões de quilómetros quadrados, e é evidente que este voto, ao chegar lá, o que lhe diz, o que lhe transmite a ONU é o parlamento dos Açores a dizer que Portugal não tem os meios para fiscalizar e assumir responsabilidades sobre esta zona. Ora, Sr. Deputado tem toda a razão, mas eu não voto contra o meu país. Não voto! Sou um patriota!

E, portanto, o que lhe quero dizer é o seguinte: votarei sempre a favor, desde que vossa excelência retire esta informação que vai remeter para o Centro Regional de Informação, para a Europa Ocidental das Nações Unidas. Se o fizer, terá o meu voto. Se não, eu não voto contra os interesses de Portugal e dos Açores.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos. Faça favor, Sra. Deputada.

(\*) **Deputada Salomé Matos:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. O mar é um desafio de todos e para todos os tempos. A sua grandeza é inata, a sua riqueza, incalculável. O mesmo mar que é via marítima, é recurso energético, provimento alimentar de população, é equilíbrio e sustentabilidade do turismo açoriano e também fonte de recursos naturais que urge, de forma concertada, gerir, preservar e proteger. Tal como no passado, o grupo parlamentar do PSD está e estará ao lado dos açorianos, dos interesses dos Açores e na defesa de uma participação efetiva e ativa da região na gestão do nosso mar.

**Deputado Jaime Vieira:** Muito bem!

**A Oradora:** Estaremos sempre ao lado dos Açores em todas as ações que venham a ser tomadas para assegurar e defender os direitos e as competências da região sobre os mares e respetivos recursos, evitando a exclusividade da gestão do mar e da exploração dos fundos marinhos pelo Governo da República. Uma nota que nos parece pertinente é a necessidade de se ter especial atenção aos conceitos de gestão partilhada, responsabilidade de cogestão, partilha de meios, participação efetiva da administração central e das administrações regionais, sabendo que a operacionalização de uma participação efetiva do Estado e das regiões autónomas na persecução do conceito de gestão partilhada merecerá uma exímia concertação de esforços. Acompanhamos o projeto de resolução aqui apresentado no reforço de mais fiscalização, desde já, e atendendo ao objetivo estratégico do Governo Regional de aumentar as zonas protegidas, que só cumprirão efetivamente os

seus objetivos se foram efetivamente fiscalizadas, por isso, apenas com mais meios e, provavelmente, recorrendo a meios tecnológicos, estaremos em condições de dar o esperado contributo nesta missão e proteger o nosso oceano. Da Marinha e do seu pessoal em serviço nestas ilhas, os açorianos guardam uma imagem de esforço e trabalho empenhado, embora realizado muitas vezes com meios antiquados e desadequados, e é preciso referir que os meios de fiscalização das pescas nos Açores, quer a inspeção, Polícia Marítima, bem com o a Marinha, com os poucos recursos existente, têm feito o possível para garantir alguma normalidade neste setor. Quanto ao setor das pescas, este reveste-se de uma importância estratégica para os Açores, para além de garantir e desempenhar um papel fundamental ao nível da coesão social e económica da região, garantindo emprego e fomentando outras atividades económicas, este setor compreende a principal atividade laboral de algumas zonas.

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine.

**A Oradora:** Já termino, Sr. Presidente. No atual quadro legal nacional, as competências do domínio do mar são assim maioritariamente partilhadas entre o Estado e a região. Ao Estado, a quem é reconhecida a jurisdição, reitera-se a necessidade de alocar mais e adequados recursos. A defesa dos direitos dos Açores e dos interesses dos Açores nesta matéria política marítima devem justificar a convergência e a união de todos. Obrigada.

**Deputado Jaime Vieira:** Muito bem!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(\*) **Deputado José Pacheco:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Disse-o daquela tribuna uma vez e volto a dizer aqui: aqui também é Portugal! Aqui, nos Açores, também é Portugal! É este mar imenso que dá esta dimensão enorme ao nosso país! Se é Portugal, tem que ter todos os recursos, sejam eles de fiscalização, sejam eles financeiros. A autonomia não pode ser uma desculpa para se retirar

ferramentas aos Açores. E a fiscalização do nosso mar tem que ser constante, seja ela da forma mais tecnológica ou menos tecnológica, ela tem que existir. E não existindo, nós não podemos estar de acordo. Nós somos portugueses iguais a qualquer português. Acompanhamos essa iniciativa, Sr. Deputado. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Senhor deputado Pedro Neves, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo. O PAN associa esta iniciativa da representação parlamentar do IL. Sem dúvida que nós temos que fiscalizar os nossos mares, a zona económica exclusiva dos Açores é a maior de Portugal e é uma das maiores da Europa, no seu conjunto, entre o continente, a Madeira e os Açores e sem dúvida que, sem fiscalização e apenas uma fragata dos anos 60, a coisa não vai lá. Obviamente, se também quisermos fazer mais áreas protegidas, como é a ideia do Governo e que o Sr. Presidente do Governo já o disse a semana passada ou há 15 dias, sem fiscalização, as áreas protegidas não vão funcionar. E é isso que nós precisamos. Precisamos de mais fiscalização, que essa fiscalização seja feita e sem dúvida que isto é já uma reivindicação antiga e o PAN associa-se e sem dúvida também acha que vem a bom porto esta iniciativa entrar aqui nesta Assembleia. Obrigado.

**Deputado Gustavo Alves:** Apoiado!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputada Alexandra Manes:** Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Como devem calcular, o Bloco de Esquerda vai-se associar a esta proposta, tem sido também o Bloco a chamar à atenção muitas das vezes para esta situação, temos assistido a um total desrespeito pelas nossas reservas marinhas, por zonas protegidas, por pesca ilegal e também concordo com o deputado Pedro Neves quando diz que não vale a pena criar mais zonas protegidas e depois não se tem meios de

reforço para fazer a devida fiscalização. No entanto, isto não é um assunto agora, já é um assunto de longo tempo e eu ainda me lembro da altura em que o Governo de Durão Barroso e Paulo Portas retirou aquele que era o segundo barco que nós tínhamos a fazer o patrulhamento das nossas águas.

**Deputado Berto Messias:** Muito bem!

**A Oradora:** Esse dinheiro que poderia ter sido investido em patrulhamento para os Açores, foi investido em submarinos e em arranjos de submarinos e em negócios de submarinos, que levaram, além disso, mais de 30 milhões de euros. Mas também poderíamos eventualmente perguntar à atual Sra. Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, que, enquanto secretária do Estado adjunta e de defesa nacional, o que é que se tratou na República para que se corrigisse isto que aqui está na região! É porque isto não é um problema de agora, já é um problema de há anos! Muito obrigada.

**Deputado José Pacheco:** O que é que o Bloco de Esquerda fez na República para ajudar os Açores?

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sra. Deputada. A Mesa neste momento não tem mais inscrições. Sr. Secretário do Mar e Pescas, faça favor.

(\*) **Secretário Regional do Mar e Pescas:** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados. O Governo, portanto, vê com bons olhos, esta iniciativa da Iniciativa Liberal e partilha as preocupações dela constantes. Realmente, o mar dos Açores é o nosso património e, como tal, tem que ser defendido. No entanto, e em relação à fiscalização, queríamos deixar nota, daquilo que aqui já foi dito, que a nossa preocupação desde algum tempo, que iniciamos funções, era que realmente a vigilância fosse efetuada através de meios tecnológicos. Nós já dispomos, nomeadamente no Banco Condor e nas Formigas, dispomos, como sabem, de câmaras de vigilância que nos dão imagens em direto daquilo que lá se passa. No entanto, essas imagens não podem ser utilizadas como meio de prova em matéria criminal ou contraordenacional e, portanto, nós, desde os contactos que tivemos com o anterior Governo da República, tinha ficado mais ou menos acertado que

aquando da publicação da nova lei, que acabou por ser a lei 95/2021, de 29 de dezembro, este assunto fosse tratado e, portanto, que as câmaras que temos instaladas e aquelas que temos previsto instalar, as imagens recolhidas pelas mesmas passassem a servir como meio de prova. No entanto, fomos surpreendidos com a publicação desta lei 95/2021, foi publicada sem que as regiões autónomas fossem ouvidas. Entretanto, temos...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine.

**O Orador:** ...preparada uma proposta de anteproposta de primeira alteração a esta lei 95/2021 e contamos com os partidos que têm representação na Assembleia da República para que esta nova Assembleia contemple esta anteproposta, já temos preparada e que estamos a tratar com a Região Autónoma da Madeira...

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Secretário regional.

**O Orador:** ...de forma a articularmos porque achamos que realmente isto é um assunto de capital importância para a fiscalização no setor das pescas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Pergunto se há mais inscrições? Senhor deputado Paulo Estevão.

(\*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Quero reiterar um pedido ao Sr. Deputado Nuno Barata para que me permita que o PPM possa votar favoravelmente esta iniciativa. Torno a repetir-lhe: está uma candidatura do país que nos vai permitir ter jurisdição e soberania sobre 4 milhões de quilómetros quadrados no âmbito da extensão, do projeto de extensão da plataforma continental, esta informação em que se diz que o Estado não tem esta capacidade, não tem estes meios é negativa e prejudicará a candidatura de Portugal. Evidentemente que, afetando a soberania à jurisdição e Portugal, afeta, obviamente, o conjunto da Região Autónoma dos Açores.

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine.

**O Orador:** E, portanto, é, e termino, é um ato antipatriótico, Sr. Deputado! Não o podemos fazer, o parlamento dos Açores não pode prejudicar o interesse nacional! Peço-lhe que retire esta referência!

**Presidente da Assembleia:** Tem mesmo de terminar, Sr. Deputado. Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(\*) **Deputado José Ávila:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. No seguimento do que foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Estevão, eu também queria fazer um apelo ao Sr. Deputado Nuno Barata no sentido de retirar o ponto 4 ou, pelo menos, modificá-lo. Retirá-lo ou então modificá-lo, para que o Partido Socialista consiga aprovar esta iniciativa que, quanto a nós, é louvável e é, de facto, necessária. Mas, tal como foi referido pelo Sr. Deputado Paulo Estevão, também não poderemos votar o nº 4 desta proposta. E como sabe, as propostas não podem ser votadas ponto a ponto. De facto, exigir que o Governo da República cumpra com os seus deveres de fiscalização, não é inédito. E isso, para nós, é pacífico, apesar de termos que reconhecer que a República tem feito também algum esforço nos últimos anos no sentido de dotar a região de alguns equipamentos e alguns equipamentos e alguns serviços, que têm servido para se fazer um esforço na fiscalização da nossa grande ZE. No entanto, esta proposta que estamos aqui a analisar não pode branquear as ineficiências das políticas de controlo e de fiscalização do atual Governo. Uma que nos preocupa é a noa execução da verba destinada a câmaras de vigilância no âmbito do cofinanciamento do Mar 2020, ação que, como se percebe, é determinante para a fiscalização do mar. Não foram também executadas verbas para o cofinanciamento de projetos no âmbito do Mar 2020.

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Relativamente ao Banco Condor e Formigas, apesar dos sistemas estarem funcionais, não há notícia de qualquer ação inspetiva. Também não

há evidências que a ação inspetiva na Região Autónoma dos Açores tenha sido superior...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine, Sr. Deputado!

**O Orador:** Eu termino já, Sr. Presidente, dizendo que o trabalho de fiscalização do mar dos Açores é importantíssimo para a preservação dos nossos recursos, mas é preciso pedir lá, efetivamente temos que exigir à República que nos dê condições, mas também é preciso fazer o nosso trabalho de casa e isso, infelizmente, não está a ser feito como os Açores merecem. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Senhor deputado Rui Martins, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Eu não posso deixar de congratular o Sr. Deputado Nuno Barata por trazer aqui este projeto de resolução e sobre o assunto que ele versa, que é um assunto muito caro e, mais uma vez, realça aqui a sua costela democrata cristã, faz parte da agenda do CDS há muito e até mesmo nas legislativas de 2019 eu próprio encabecei uma lista que, na altura e na candidatura que fizemos à República, éramos o único partido que referia esta necessidade de um incremento da fiscalização das nossas águas territoriais. E, dito isto, obviamente que o CDS concorda com aquilo que é aqui exposto neste projeto de resolução, consideramos que é muito importante, mais do que exigir o aumento, que nós subscrevemos na totalidade, da zona económica exclusiva portuguesa e, por conseguinte, também da açoriana, e aumentando a nossa jurisdição até à placa continental, estamos a falar de 4 milhões de quilómetros quadrados, e exatamente por esse motivo é que exortamos o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, Nuno Barata, a que possa retirar do ponto 4 esta comunicação ao Departamento das Nações Unidas. Não é uma questão de esconder as nossas insuficiências, não se trata de esconder, mas consideramos é que, sem dúvida, é contraproducente no processo que nós estamos a atravessar de provar que temos direito e exigindo

que temos direito a poder fazer uma gestão e fiscalização de uma área marinha enorme...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ...e que vai... termino já, Sr. Presidente, e que vai até ao fim da placa continental europeia e, por isso, consideramos que é absolutamente contraproducente estar a meio deste processo a dar sinais que, afinal, não temos capacidade. Consideramos que é importante exortar o Governo da República a que...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine!

**O Orador:** ...sob pena, e termino mesmo, sob pena de não conseguirmos ter esse desidrato cumprido, que reponha esta fiscalização, mas que, neste momento, é contraproducente fazer esta comunicação à ONU. Muito obrigado.

**Deputado Pedro Pinto:** Muito bem!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Já percebemos onde é que vai parar esta resolução!

**Deputado Pedro Pinto:** Por teimosia sua!

**O Orador:** A Assembleia Legislativa Regional dos Açores tem medo que a ONU, sabendo da incompetência do Estado português para fiscalizar os Ilhéus das Formigas, ...

**Deputado Pedro Pinto:** Somos patriotas, Sr. Deputado! É diferente

**O Orador:** ... as baixas da Graciosa, o Canal de São Jorge Pino, o Canal Flores Corvo, venha a quartar o Estado português da possibilidade de gerir a plataforma continental até aos 4 milhões de milhas quadradas...

**Deputado Pedro Pinto:** Quilómetros!

**O Orador:** ... ou quilómetros quadrados...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... onde o Estado português não consegue cumprir o mais básico do controlo...

**Deputado Pedro Pinto:** Consegue, consegue!

**O Orador:** Não consegue, Sr. Deputado! Não consegue cumprir com o mais básico da fiscalização da zona... da subárea dos Açores, da zona económica exclusiva portuguesa! Isto é que está! Varrer para debaixo do tapete! Não! Eu quando ponho isso aqui, e não retiro, estou pedindo à ONU que obrigue o Estado português a cumprir, no âmbito das convenções internacionais, aquilo que assumiu com a Região Autónoma dos Açores! E não retiro, Sr. Presidente...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... convicto, e vou levar isto ainda mais longe!

**Deputado Pedro Pinto:** É antipatriota!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

(\*) **Deputado Paulo Estêvão:** Sr. Presidente, uma interpelação para perguntar se o grupo parlamentar do PPM ainda tem tempo?

**Presidente da Assembleia:** Não. O grupo parlamentar do PPM já esgotou o seu tempo para este debate.

**Deputado Paulo Estêvão:** Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos colocar à votação este projeto de resolução nº 104/ XII. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário da Assembleia:** O projeto de resolução nº 104/XII foi rejeitado com 24 votos contra do PS, 3 do CDS, 2 do PPM, 20 a favor do PSD, 2 do BE, 2 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do deputado independente.

**Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para...?

**Deputado Paulo Estevão:** Uma declaração de voto.

**Presidente da Assembleia:** Tem a palavra, se faz favor.

(\* **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Muito rapidamente. Eu pauto a minha atuação aqui no parlamento por defender os interesses dos Açores e defender o interesse nacional. Não é do interesse nacional, não é do interesse dos Açores colocar em causa uma candidatura no que está neste momento na ONU em relação à extensão da plataforma continental, que permitirá ao país ter a jurisdição e a soberania sobre uma imensa área de 4 milhões de quilómetros quadrados, com os imensos recursos que isso significa para o país e para a região! Temos um problema para resolver, há falta de fiscalização e há falta de meios, vamos resolvê-lo internamente, não é prejudicando os interesses do país e da Região...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine.

**Deputado Paulo Estevão:** ...Autónoma dos Açores! Eu não faço isso, prefiro sair deste parlamento a alguma vez votar contra o interesse nacional e contra o interesse da Região Autónoma dos Açores!

**Deputado Pedro Pinto:** Muito bem!

**O Orador:** E mais, quero...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine, Sr. Deputado!

**O Orador:** ...terminar, Sr. Presidente. Para cumprir o acordo, muito mais tinha a dizer sobre esta matéria, mas este é um princípio em que o PPM nunca irá ceder! Sempre ao serviço de Portugal e dos Açores!

**Deputados Rui Martins e Pedro Pinto:** Muito bem!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Rui Martins para uma declaração de voto. Faça favor.

(\* **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. É exatamente para dizer que o CDS também teve este sentido de voto única e exclusivamente por acharmos absolutamente contraproducente, quando estamos num processo em

que nos podemos tornar no 5º maior país do mundo em termos de área de jurisdição, não faz qualquer sentido estar a fazer este tipo de comunicação, quando, eventualmente, não estarão esgotadas todas as formas de, internamente, podermos resolver o problema. É algo que também foi alegado que foram Governos anteriores que retiraram alguns meios do nosso país, mas também devo ressaltar que, depois disso, houve Governos nos quais esses partidos tiveram responsabilidade e que também nada fizeram para repor essa situação.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada CDS-PP:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto? Vamos avançar para o ponto 18 da nossa agenda. Pedido de urgência, uma vez que foi retirado o pedido de dispensa de exame em comissão, por solicitação do proponente. Apenas vamos analisar o pedido da urgência do projeto de resolução nº 105/XII, estratégia agrícola regional de emergência para a produção e armazenamento de cereais. É uma iniciativa apresentada pela representação parlamentar do PAN. Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Esta iniciativa do PAN obviamente que tem a sua urgência e é premente, tendo em conta aquilo que está a acontecer a nível mundial, nomeadamente da guerra da Ucrânia e que sem dúvida que há uma variação de preços, esses, tanto em termos dos combustíveis, mas também uma coisa extremamente importante, que são os cereais. São os cereais para a panificação, algo de que Portugal precisa tanto e não tem Portugal, em si, capacidade de armazenamento de cereais, nomeadamente trigo e centeio. Para os Açores, não temos. Temos capacidade de armazenamento zero, nós precisamos de ter capacidade de armazenamento, é aquilo que nós pedimos. Além disso, que mudemos o paradigma e que haja uma produção mais profícua dentro dos Açores, depois de uma análise, tanto

pela Universidade dos Açores, pelos nossos técnicos do Governo, pelos técnicos também as associações de agricultura, para termos a certeza quais são os terrenos que são viáveis, quais são as sementes mais adequadas a nível mundial que deem e proliferem nos Açores, porque nós precisamos de salvaguarda na nossa soberania alimentar e para não estarmos sempre com dependência tanto em termos dos combustíveis e nomeadamente agora de cereais. E a parte de cereais é extremamente importante porque estamos a falar daquilo que precisamos de comer e, obviamente, todos sabem que em termos de economia, quando o pão aumenta, é, obviamente, o grande indicador da inflação a nível mundial e a nível nacional. Daí o PAN...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine.

**O Orador:** ... fazer esta iniciativa. Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Está justificada a urgência. Pergunto se há inscrições? Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** O pedido de urgência colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Tendo sido aprovada a urgência, a iniciativa baixará à comissão com o pedido expresso que seja tramitada para ser discutida no próximo plenário. Avançamos para o ponto 20 da nossa agenda. Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do projeto de resolução nº 106/ XII, medidas de apoio às famílias e à atividade económica da ilha de São Jorge, na sequência da crise sísmico-vulcânica. É uma iniciativa apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista. Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira. Faça favor, Sra. Deputada.

(\*) **Deputada Maria Isabel Teixeira:** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. A crise sísmico-vulcânica em São Jorge surpreendeu-nos a todos no dia 19 de março, perfazendo já

mais de um mês e mais de 30 mil registos sísmicos e que, dada a sua reiterada classificação de V4 durante este período, mantem a ilha sob permanente estado de alerta e vigilância. A resposta à situação de emergência foi célere, tendo os planos de emergência municipais de Velas e Calheta sido acionados, bem como o imediato empenho e apoio do CIVISA, do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, das Forças Armadas, do Governo dos Açores e do Estado português. Mas se o apoio do Governo dos Açores à gestão da crise sísmico-vulcânica foi adequado, o mesmo não pode ser dito das respostas, que são mais do que necessárias, do apoio à economia e às famílias. Os jorgenses, neste momento, têm apenas por parte do Governo uma majoração do apoio R.PT em 10% e a possível criação de um voucher...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine, Sra. Deputada.

**A Oradora:** ... para turistas. Caso esta crise abrande, isto será o desejável para todos nós, os seus efeitos e consequências perduram e perdurarão a médio e longo prazo, afetando aquela que é a época alta da economia local. Assim, solicitamos a dispensa de exame em comissão, atendendo ao caráter urgente desta mesma proposta de resolução.

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sra. Deputada. Está justificada a urgência. Pergunto se há inscrições? Não havendo, vamos passar... Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Muito rapidamente. Nós entendemos que, de facto, essas medidas de apoio à atividade económica e às famílias para a ilha de São Jorge são de fundamental importância. No entanto, não estamos em condições de avaliar de forma substantiva de como implementar e até a dimensão das medidas necessárias para resolver esses problemas económicos e sociais que, neste momento, já vão afetando algumas famílias e empresas da...

**Presidente da Assembleia:** Senhor deputado, agradeço que termine.

**O Orador:** ...ilha de São Jorge. E nesse sentido, entendemos que a resolução deverá baixar à comissão para melhor avaliarmos essas medidas.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

(\*) **Deputado Paulo Silveira:** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Fazendo aqui um aproveitamento do tempo, que é precioso, subscrevendo as palavras do Sr. Deputado Nuno Barata em relação a esta situação, claro que estamos com os jorgenses, preocupados com os jorgenses,...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP:** Muito bem!

**O Orador:** mas achamos que a situação deverá ser devidamente ponderada porque, como eu já referi anteriormente neste plenário, há que evitar correr desenfreadamente à procura de protagonismos, mas sim procurar soluções para os empresários e as famílias jorgenses. Deixaria só o velho ditado, como há quem diga: depressa e bem, não há quem.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Na sequência daquilo que também já foi dito anteriormente, efetivamente, nós reconhecemos que é necessário fazer o acompanhamento e é isso que temos solicitado ao Governo Regional de perto da situação de São Jorge, adequando aquelas que são as medidas, mas esta iniciativa que o Partido Socialista apresenta aqui, consideramos que é pertinente que baixe à comissão para podermos avaliar, até porque esta

iniciativa foi apresentada no dia 8 de abril, ou foi dado o seu anúncio, no dia 9 de abril reunimos com o Sr. Presidente do Governo e com as forças vivas da ilha, nomeadamente o núcleo empresarial, a Câmara do Comércio, mas também o conselho de ilha. Aquilo que foi transmitido, estávamos os três deputados presente e o Sr. Presidente do Governo, o Presidente da Câmara, é que as medidas que iam ser implementadas seriam aquelas que estão a ser implementadas por parte do Governo, nomeadamente no apoio R.PT...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine, Sra. Deputada.

**A Oradora:** Termine já, Sr. Presidente. E, como tal, não se falou em muitas das questões que são levantadas. Isto aqui é uma iniciativa com muitos pontos resolutivos, que abrange também a questão das famílias, isso até nem foi falado nessa referida reunião por nenhum dos presentes e, como tal, consideramos que...

**Presidente da Assembleia:** Tem que terminar, Sra. Deputada.

**A Oradora:** ... é importante ouvir as forças viva da ilha. Muito obrigada.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP:** Muito bem!

**Presidente da Assembleia:** Senhor deputado Paulo Estevão, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Nós também vamos votar contra esta urgência, na medida em que consideramos que é fundamental que este assunto seja devidamente debatido por toda a população, para que exista uma decisão consensualizada e para que o conjunto de medidas que têm que ser implementadas seja amplamente discutido e seja amplamente verificada também aquela que é a visão dos vários agentes, quer políticos, quer económicos, quer do ponto de vista social. Há aqui um amplo trabalho a fazer, mas tem que ser um trabalho de todos, participado por todos e decidido por todos.

**Deputado Berto Messias:** Se fosse o Corvo era urgente!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Há urgências que são mesmo urgências! E sem dúvida que esta é uma urgência! É uma urgência e basta olhar para os jorgenses e sabemos à partida que se há algum apoio que esta Assembleia poderá dar é, sem dúvida, neste momento, àquilo que se está a passar na ilha de São Jorge. E não podemos estar a adiar a decisão política para analisar de frente para trás aquilo que é uma ajuda para as pessoas de São Jorge neste preciso momento. E sem dúvida que, para o PAN, vou votar a favor a urgência porque, para nós, é urgente. Depois discutamos aqui ou não a iniciativa. Obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(\*) **Deputada Alexandra Manes:** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Tal como o Sr. Deputado de representação parlamentar do PAN disse, esta, sim, é uma urgência, todos nós assistimos às dificuldades que estão a ser sentidas em São Jorge, de pouco servirá aparecer todos os dias na televisão e depois, quando é mais necessário, faltar-lhes, que é aqui neste momento.

É evidente que o Sr. Presidente do Governo Regional apresentou aqui um conjunto de medidas, todas elas viradas para os turistas e para a economia. No entanto, apoios sociais, que é bom também para aquelas pessoas, não há! Mas isso, este Governo já nos acostumou a isso!

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine.

**A Oradora:** As empresas, sim, apoios sociais para as pessoas, não!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sras. e Srs. Deputados, vamos então passar à votação deste pedido de urgência. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o

favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** O pedido de urgência colocado a votação foi rejeitado com 20...

**Presidente da Assembleia:** Espere aí, espere aí! Peço desculpa. Peço desculpa. Vamos repetir a votação.

Sim, mas é melhor repetirmos. Porque eu não anunciei isso. Vamos votar este pedido de urgência. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

**Secretário da Assembleia:** O pedido de urgência colocado a votação obteve resultado de empate na votação com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do deputado independente e 1 voto de abstenção do Chega.

**Presidente da Assembleia:** Vamos repetir a votação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

**Secretário da Assembleia:** O pedido de urgência colocado a votação foi rejeitado pelo resultado decorrido da segunda votação, tendo tido 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do deputado independente e 1 voto de abstenção do Chega.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Sra. Deputada, para uma declaração de voto. Faça favor. Tem a palavra.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

(\*) **Deputada Maria Isabel Teixeira:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. É lamentável o que se passa aqui nesta câmara, mas está visto a solidariedade que existe para os jorgenses e onde é que está o protagonismo, de que lado é que está o protagonismo. Só espero que a crise sísmico-vulcânica não venha depressa e bem, porque senão aí vamos todos querer acudir e não vamos ter meios para tal. E mais nada a acrescentar porque as palavras faltam-me!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Silveira.

(\*) **Deputado Paulo Silveira:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Eu, realmente, o que disse antes, tenho que voltar a repetir: protagonismo está-se à procura desta forma! Porque a questão de acautelar e preocupar com as pessoas está neste momento presente. O Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores está em São Jorge permanentemente a acompanhar a situação de perto!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Berto Messias (PS):** No dia da discussão aqui o Sr. Presidente está em São Jorge!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Humildade democrática!

**O Orador:** E também quero dizer à bancada do Partido Socialista, porque como jorgense só quero dizer: houve muita solidariedade em São Jorge, houve muita gente que abriu a porta de sua casa! Acha justo uma pessoa que

abriu a sua casa, acolheu 7, 8, 9, 10 pessoas, tenha acolhido, não recebe a renda, mas se vai pagar rendas a quem...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine.

**O Orador:** ...pegou e andou e não teve responsabilidade nenhuma! Tenho dito!

**Presidente da Assembleia:** Sras. e Srs. Deputados...

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras para uma declaração de voto.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras:** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Dizer que votamos contra esta urgência, não votamos contra a iniciativa, votamos contra esta urgência porque, como disse, entendemos que é necessário avaliar, estamos a falar de uma iniciativa com muitos pontos resolutivos que, como sabem, não nos é possível apresentar propostas de alteração...

**Deputado Rui Martins:** Muito bem!

**A Oradora:** ... e isto é um documento unilateral que foi apresentado pelo Partido Socialista, na reunião que tivemos no dia seguinte a este documento ter sido apresentado, onde estavam presentes os três deputados, o Sr. Presidente do Governo, o presidente da câmara Municipal de Velas, o presidente do Município da Calheta e as forças vivas da ilha, nomeadamente Câmara do Comércio, Núcleo Empresarial e Conselho de Ilha, não foi falado nestas...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine.

**A Oradora:** ... não foram faladas estas questões, muito daquilo que está aqui colocado não foi colocado às forças vivas da ilha e, no nosso entendimento, é necessário ouvir as pessoas, ...

**Deputado Tiago Lopes:** Está a falar do passado quando podemos resolver um problema hoje! Tenha vergonha! A senhora é representante de uma ilha!

**A Oradora:** ... saber realmente aquilo que entendem que faz sentido ser implementado, porque não estamos a falar de um Governo que nada fez!

**Deputados Pedro Pinto e Rui Martins:** Muito bem!

**A Oradora:** O Governo deu uma resposta, quer seja pelas medidas que já foram implementadas...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine, Sra. Deputada!

**A Oradora:** ...quer seja por aquilo que está a fazer no seu acompanhamento!  
E, como tal

**Deputado Tiago Lopes:** Está à espera do quê Sra. Deputada?

**A Oradora:** Tenha calma, Sr. Deputado Tiago Lopes! Tenha calma! Tenha calma!

**Presidente da Assembleia:** Sra. Deputada, tem de terminar!

**A Oradora:** E, como tal, reitero aquilo que disse! Não votamos contra a iniciativa, votamos, sim, contra esta urgência porque é necessário avaliar e porque não podemos fazer proposta de alteração a este documento...

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

**A Oradora:** ...e não podemos aceitar que isto seja um documento sem ouvir as forças vivas da ilha!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado Rui Martins:** Muito bem!

**Deputada Catarina Cabeceiras:** Muito obrigado!

**Deputado Berto Messias:** Curiosamente o Sr. Presidente do Governo está em São Jorge! Que vergonha os senhores bloqueiam a proposta e o Sr. Presidente vai para São Jorge!

**Presidente da Assembleia:** Sras. e Srs. Deputados... Sras. e Srs. Deputados, eu peço que sejam reunidas as condições para darmos continuidade aos nossos trabalhos, senão eu vou ser obrigado a suspendê-los! É impossível!  
Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão para uma declaração de voto.

(\*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. O PPM votou contra a demagogia e o populismo! O PPM votou contra a instrumentalização da desgraça alheia!

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** O PPM votou contra quem não quis discutir este assunto na declaração política do PSD e quem não quis discutir este assunto na declaração política do CDS!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

Quem não está disponível para discutir...

**Deputada Andreia Cardoso:** Quem não está disponível é o senhor!

**O Orador:** ... democraticamente com os outros agentes políticos, quem só quer instrumentalizar esta questão! Pois o PPM, o nosso posicionamento é sempre...

**Presidente da Assembleia:** Tem de terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... e termino, Sr. Presidente, o nosso posicionamento é sempre discutir esta questão e tomar as melhores decisões!

**Deputado Berto Messias:** Isso é mentira! Isso não é verdade, senão tinha aprovado a urgência

**O Orador:** Tomar as melhores decisões, afastando o populismo e a demagogia que o PS aqui queria impor!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado Berto Messias:** Chumbaram a urgência para o Sr. Presidente do Governo ir para São Jorge!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para...?

**Deputado Vasco Cordeiro:** Defesa da honra da bancada!

**Presidente da Assembleia:** Defesa da honra da bancada, faça favor de justificar, se faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. O Sr. Presidente, o Sr. Deputado Paulo Estevão, na sua declaração de voto, acusou a bancada do Partido Socialista de populismo, de instrumentalizar a desgraça alheia.

**Presidente da Assembleia:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Orador:** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Eu lamento que, para justificar o voto contra, aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estevão tenha entendido fazer e, aliás, não foi a primeira vez que isso foi feito aqui neste plenário, foi feito já em diversas circunstâncias, tenha tentado acusar o Partido Socialista de populismo, de demagogia, a propósito da situação de São Jorge. Eu gostava só de lembrar, e julgo que este facto é contestação suficiente à acusação que nos é dirigida, que neste plenário, e apenas neste plenário, nós tivemos três declarações, ou melhor dito, uma comunicação e declarações políticas laudatórias da intervenção do Governo Regional. Nós não...

**Deputada Catarina Cabeceiras:** Não é verdade!

**O Orador:** Laudatórias do Governo Regional. Nós não contestamos o direito de o fazer, nós reconhecemos a cada um o direito de o fazer, mas não podemos aceitar que uma proposta apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista e que, no nosso entendimento, é urgente, por serem insuficientes e tardias as respostas do Governo Regional, seja merecedora deste tipo de epítetos. Uma coisa é a discordância de procedimento, de

matéria, de substância, outra coisa são acusações insultuosas, absolutamente gratuitas. Os senhores têm direito à vossa opinião sobre esta proposta do grupo parlamentar do PS naquilo que tem a ver com a substância, mas o vosso passado bem recente já neste plenário não vos dá a legitimidade nem o direito, nem a credibilidade para acusarem o grupo parlamentar do Partido Socialista de populismo, de demagogia ou de aproveitamento político. Por último, Sr. Presidente, eu aproveito e solicitava à Mesa a transcrição urgente da declaração de voto feita pelo Sr. Deputado Paulo Silveira. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Solicito essa urgência na transcrição da declaração de voto. Querendo, tem o Sr. Deputado Paulo Silveira 3 minutos para prestar...

Ah! Desculpe, o Paulo Estevão, para dar explicações. Faz favor.

(\*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro sentiu-se ofendido foi com as minhas expressões. Pois eu devo dizer, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que eu fiz as afirmações que fiz, eu tenho que as manter. Tenho que as manter, porque esta é a minha perceção. A minha perceção em relação a essa ação política. Eu quero também reafirmar o seguinte: chamar de laudatórias as declarações políticas que aqui foram feitas, reconhecendo o contributo de todos, o contributo da sociedade em São Jorge, de todos, das diferentes instituições, dos diferentes partidos políticos e dizer aqui que foram atos de propaganda? Ó Sr. Deputado, se o foram, porque é que o Sr. Deputado e o grupo parlamentar do Partido Socialista não o disseram? Porque é que não o disseram? Diz o povo que quem cala, consente!

**Deputado Vasco Cordeiro:** O importante não é isso!

**O Orador:** E vossa excelência teve a oportunidade de responder às declarações que aqui foram produzidas e as declarações que aqui foram

produzidas, apresentando argumentos e deixando aqui essa crítica que deixou hoje pela primeira vez, ou seja, que as respostas são tardias! Porque é que não discutiu no âmbito das declarações políticas? Porque é que não discutimos neste parlamento esta questão? Se não se discutiu, foi por falta de presença do Partido Socialista!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

Porque o Partido Socialista não esteve presente! Não esteve disponível para discutir esta questão! A verdade é essa! E outra questão: o que aqui o parlamento votou contra, foi a urgência! A urgência! Estas questões vão ser discutidas, mas sabe, estas questões são de enorme complexidade! Estas questões, é importante que todos possam contribuir! Vamos ver medida a medida! Vamos verificar o que é que todos têm a dizer sobre este conjunto de medidas! E vamos discutir estas questões na comissão!

**Deputado Berto Messias:** Se fosse para o Corvo não era assim!

**O Orador:** E o que eu lhe pergunto é se este não é o procedimento correto? Eu, por exemplo, acho que há medidas a somar à recomendação! Acho que há outras medidas que estão erradas! Mas, como sabe, uma recomendação não pode ser alterada pelos partidos políticos aqui presentes! E, portanto, isso limitaria muito a discussão! Ou seja, e termino, Sr. Presidente, a vossa forma de atuação ao faltar aos debates sobre São Jorge como o Partido Socialista votou e agora, ao querer restringir apenas ao vosso menu de respostas, o que pretendem...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine.

**O Orador:** ... é limitar as discussões sobre as questões de São Jorge e as medidas que importam adotar! Eu não quero aquelas medidas, quero muito mais do que isso!

**Deputado Gustavo Alves:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(\*) **Deputada Alexandra Manes:** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda lamenta a posição que os partidos da coligação e demais que votaram contra a proposta. Nenhum de nós considera que é necessário estar no lugar para perceber as dificuldades das pessoas, ninguém aqui, certamente, tem que passar fome para saber que não quer que ninguém passe fome! Ao contrário do que uma senhora secretária aqui mandou num à parte. O senhor perguntou se eu estava em São Jorge. Portanto, eu não estou em São Jorge, mas sei que aquelas pessoas precisam. Outra coisa: também não considero que...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine, Sra. Deputada.

**A Oradora:** ...a forma como se trataram aqui estas pessoas hoje, com a afirmação feita, pegaram e largaram, é do pior que se pode fazer àquelas pessoas, quando o Sr. Presidente do Governo Regional, e vou resumir...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine.

**Deputada Alexandra Manes:** ...disse, afirmou assim: “no entanto, vemos com bons olhos estas opções e estamos a assegurar os meios necessários”. Ou seja, as pessoas que optaram por sair, não pegaram e largaram.

**Deputado Flávio Soares:** Não foi isso que a Sra. Secretária disse!

**A Oradora:** Tiveram o apoio do Sr. Presidente do Governo Regional. Portanto, quando quiserem falar àquelas pessoas que neste momento estão a passar as dificuldades que estão a passar, pensem! Não serve de nada irem para a televisão e depois virem negar aqui uma urgência, que é agora que

aquelas pessoas precisam! Não é daqui a 3 nem a 4 meses! Quando estivermos a discutir...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine, Sra. Deputada!

**A Oradora:** ...bem sentados numa comissão, enquanto aquelas pessoas precisam é agora destes apoios sociais! É uma vergonha!

**Presidente da Assembleia:** Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Pedro Neves.

**Deputada Alexandra Manes:** Perguntou-me se eu estava em São Jorge!

(\*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo. O PAN votou a favor desta urgência porque o PAN é a favor da centralidade deste parlamento. O PAN votou a favor porque é com a centralidade deste parlamento e com a adição das medidas do Governo é que temos uma democracia plena nos Açores. O PAN votou a favor desta urgência, da mesma forma como votou a favor a iniciativa do PSD relativamente aos nossos agricultores, porque temos uma urgência relativamente às pessoas que necessitam de uma ajuda. O PAN votou a favor porque prefere discutir medidas concretas e votar medidas concretas do que ter declarações de oratória e nada fizemos em termos concretos de ações! É por isso que o PAN votou a favor! Estar a discutir e debater uma declaração política, para o PAN, e como todos sabem e já perceberam hoje...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine.

**O Orador:** ...o PAN é pragmático e não está aqui para ter discussões oratórias sem uma medida concreta para os jorgenses neste momento. Obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto? Senhor deputado Carlos Furtado, faça favor.

(\*) **Deputado Carlos Furtado:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Era muito mais fácil para mim votar favoravelmente esse projeto de resolução do Partido

Socialista. Era incomparavelmente mais fácil! Até fazia uma nota de imprensa relativamente a isso. E adiantar o quê? Uma recomendação... o povo de São Jorge e o problema que se vive em São Jorge merece muito mais do que isso e eu estou aqui para assumir! Da forma como penso sobre esse assunto, isso é um assunto que merece dedicação, empenho e uma atualização que, infelizmente, pode ter que ser monitorizada a cada dia! Portanto, não é um assunto que se resolve com uma carta de intenções! Por isso, eu estou aqui para assumir as consequências e a forma como penso sobre esse assunto, sem ter medo de votar contra! Não por ser contra o povo de São Jorge, mas precisamente pelo contrário, porque sou a favor do povo de São Jorge e merece uma discussão séria sobre este assunto! Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto? Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Tendo sido rejeitada a urgência, portanto a iniciativa baixará à comissão competente e avançamos para o ponto 22 da nossa agenda, pedido de urgência do projeto de resolução nº 108/XII, recomenda ao Governo Regional a criação de um regime transitório para os pescadores do Porto da Caloura. É uma iniciativa apresentada pela representação parlamentar do Chega. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para apresentação da urgência.

**Deputado José Pacheco:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente da Assembleia:** É só a urgência.

(\*) **Deputado José Pacheco:** Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. A urgência prende-se com o facto de, segundo o DLR 19/2008/ A, que nunca tinha sido aplicado, nunca tinha sido fiscalizado, nunca nada tinha acontecido e muito menos regulamentado, mas de um momento para o outro começou a haver uma fiscalização. Resultado: há largos meses que os pescadores da Caloura, que têm toda aquela zona interdita, até, inclusive,

entrada e saída do porto. Isto não é verdade! Eu acabei de ouvir do Bloco de Esquerda que não é verdade! Então eu digo aqui aos pescadores da Caloura que devem-se dirigir ao Bloco de Esquerda porque ele é que vai resolver. Isto é uma anedota quando se começa a fazer coisas destas!

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine.

**O Orador:** Sr. Presidente, eu tenho os pescadores constantemente a reclamar, mas tenho aqueles senhores da esquerda radical a dizer que é mentira que a vida deles está parada! Assim como também é verdade que nem a pesca lúdica é possível! Quem é que andou a fiscalizar, eu não sei, mas para mistérios, eu nunca tive muito jeito para detetive! Os senhores, cada vez mais vos cai a máscara!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições para este pedido de urgência? Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** O pedido de urgência colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Tendo sido aprovado o pedido de urgência, a iniciativa baixará à comissão. Avançamos para o ponto 24, que também foi retirado pelo proponente o pedido de dispensa de exame em comissão. Portanto, analisaremos só o pedido de urgência do projeto de decreto legislativo regional n.º 55/XII, primeira alteração ao decreto legislativo regional n.º 36/21/A de 30 de novembro, que estabelece a orgânica dos serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. É uma iniciativa apresentada pelo Sr. Deputado independente. O senhor tem a palavra para a apresentação da urgência.

**Deputado Berto Messias:** Isto agora é urgente São Jorge não é urgente!

(\*) **Deputado Carlos Furtado:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. O pedido de urgência que aqui apresentei reveste-se com a necessidade de resolver um

problema do elemento de gabinete que me presta serviço, que, atualmente, está discriminado relativamente aos outros elementos dos gabinetes dos outros partidos representados aqui nesta casa. Portanto, aqui o que se trata, efetivamente, é de fazer justiça para com a pessoa que presta serviço a mim, mas especialmente aos açorianos, que se vê assim diminuído naquilo que são os direitos que outros elementos que prestam serviço nesta casa dispõem. Por esta razão, apresento este pedido de urgência, sendo que ele agora deve ser analisado em comissão com a urgência possível, no sentido de repor a urgência e repor a qualidade de um serviço que eu quero e tenho orgulho de tentar prestar aos açorianos. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições? Não havendo, coloco à votação este pedido de urgência. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário da Assembleia:** O pedido de urgência colocado a votação foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do deputado independente, 24 votos de abstenção do PS.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Avançamos assim para o ponto 26, cujo proponente também retirou o pedido de dispensa de exame em comissão e apenas mantém o pedido da urgência. Para a sua apresentação e fundamentação, a iniciativa é a seguinte: é o projeto de resolução nº 110/XII, atualização do valor da remuneração complementar e a utilização do regime jurídico de preços como forma de mitigar os efeitos da inflação na Região Autónoma dos Açores. É uma iniciativa apresentada pelo grupo parlamentar do Bloco de Esquerda. Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. O momento que o mundo atravessa e que o país atravessa e a região atravessa é de uma extrema gravidade. Com uma situação de guerra que a todos afeta do ponto de vista indireto, mas principalmente e fundamentalmente que passa por ela, mas em termos indiretos os efeitos somam a outros efeitos que já existiam e que já se faziam sentir em vários aspetos e que já foram também referidos ao longo destes dias, nomeadamente o aumento de preços, que se faz sentir com cada vez mais intensidade e que todos os organismos internacionais e nacionais corroboram que se irá acentuar nos próximos meses. Ora, perante esta situação, nós consideramos que é fundamental que sejam atualizados salários, não podendo, ou não tendo, pelo menos...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ...termino já, a região fazê-lo, no que diz respeito aos funcionários públicos na sua totalidade, tem instrumentos que podem atenuar a perda de poder de compra no imediato. Para além disso, a subida de preços pode ser atenuada também com outras medidas, nomeadamente através da vigilância e controlo de preços previstos na lei para alguns produtos. Nesse sentido, este projeto de resolução, que tem medidas nesse sentido, consideramos que, e face também à proximidade do plenário de maio, deve ser analisado em comissão...

**Presidente da Assembleia:** Senhor deputado, agradeço que termine.

**O Orador:** ... termino já, com urgência para daqui a duas semanas estarmos em condições de o debater e votar. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições? Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor.

**Secretário da Assembleia:** O pedido de urgência colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Tendo sido aprovada a urgência, a iniciativa baixará à comissão para ser tramitada com este pedido de redução do prazo para emissão de parecer em comissão. Em relação ao ponto 28, o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do projeto de resolução nº 111/XII, que recomenda o Governo Regional dos Açores a integração no domínio público regional dos terrenos e imóveis denominado Polígono de Acústica Submarina dos Açores, uma iniciativa apresentada pela representação parlamentar do PAN. Foi...

**Deputado Pedro Neves:** Do IL!

**Presidente da Assembleia:** Do IL, peço desculpa. Foi retirado o pedido de urgência e, assim, a iniciativa baixará à comissão. Avançamos para o ponto 30 da nossa agenda, pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do projeto de resolução nº 102/XII, instalação de um novo cabo submarino de telecomunicações entre os Açores e o continente. É uma iniciativa apresentada pelos grupos parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM. Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Faça favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo Regional. Esta urgência está conectada com a urgência de substituir as interligações por cabo submarino entre o continente e os Açores, cuja vida útil termina em 2024 e porque, ao aproximar-se essa data, há um aumento potencial do número e da gravidade de avarias, assim como a existência também de maiores riscos potenciais do corte de tráfego e de incremento dos custos de operação e manutenção. Nesta pronúncia por iniciativa própria do nosso parlamento, requerendo-se à Assembleia da República a inscrição da verba necessária ao arranque deste processo no Orçamento de Estado que, em breve, será ali apreciado, estamos, portanto, no limite para fazer...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine.

**O Orador:** ...esta solicitação. Resumindo, este assunto tem urgência material e tem urgência processual.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições relativamente ao pedido da urgência e dispensa de exame em comissão? Vamos passar à votação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Tendo sido aprovado o pedido de urgência, dou a palavra novamente ao Sr. Deputado Joaquim Machado para apresentação da iniciativa. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo Regional. Os cabos de fibra ótica que ligam os Açores ao resto do mundo têm uma vida útil que termina em 2024. A sua substituição é uma responsabilidade do ISTAR. O Governo da República comprometeu-se a realizar um concurso público internacional em 2020 e a adjudicar a construção e a instalação até ao final de 2021, por ser expectável um prazo de 2 anos para instalação física destas infraestruturas. Mas nada disso aconteceu até hoje e os Açores correm o risco de ficar sem telefone, sem telemóvel, sem televisão, sem Internet, sem multibanco, sem acesso à Cloud, as empresas de ficarem sem sistema de comunicação e até de faturação quando os serviços estão baseados em data centres. Os Açores até podem ficar em risco quanto à informação dos serviços de saúde e das comunicações em situação de emergência. Os atrasos do Governo da

República podem levar-nos a esta situação catastrófica. Daqui exigimos, pois, ao Governo da República que toma as diligências necessárias para que, até ao final de 2022, proceda ao lançamento do concurso público internacional e à respetiva adjudicação e que a Assembleia da República, na discussão do Orçamento de Estado, inclua as verbas necessárias ao início deste processo. Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa, estão abertas as inscrições. Senhor deputado Pedro Neves, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Pedro Neves:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Tendo em conta a ausência no Orçamento de Estado, o Governo da República quer ver os Açores a arder! Temos uma data de validade para 2024 relativamente aos cabos submarinos e chegamos mesmo até à última! Vamos mesmo até ao último minuto, ao último momento, ao último ano, para conseguir mudar isto, ou então voltamos outra vez à altura da Idade da Pedra. Sem dúvida que isto é algo urgente, já foi pedido o ano passado, já foi pedido há 2 anos, já foi pedido inúmeras vezes por vários partidos, sem dúvida que o PAN vai apoiar esta iniciativa.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa aguarda mais inscrições. Senhor deputado Wilson Ponte Gomes, faz favor. Tem a palavra.

(\*) **Vilson Ponte Gomes:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Estamos a discutir um projeto de resolução que, para o Partido Socialista, é prioritário, é estratégico para a região, isso

nós nunca escondemos a nossa preocupação em relação também a este assunto, na medida em que possa assegurar a coesão nacional e também que possa, ao mesmo tempo, criar e desenvolver a região e o país no seu todo. E isto, nós estamos de acordo. Desde sempre, o PS Açores também tem alertado para esta necessidade, algo urgente e é para que o Governo da República se apresse para com a região, que se apresse na implementação e na melhoria também das condições dos cabos submarinos e também temos que relevar que há bastante pouco tempo o Governo da República deu a garantia de que o processo estava já perto do seu início e são declarações do Ministro das Infraestruturas e de Habitação, é que em janeiro deste ano disse que estavam já reunidos os meios necessários para iniciar este mesmo procedimento contratual. E, por isso mesmo, esta é uma situação que a nós nos preocupa e que tudo faremos para que isso seja concretizado o mais rápido possível. Mas há aqui um aspeto que eu queria só relevar, que acho que é importante também e na incongruência e talvez na distração do projeto de resolução que está em discussão, que tem a ver precisamente com o ponto 2 e o ponto 3. Passo a citar rapidamente o ponto 2, em que diz que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicita ao Governo da República que tome as diligências necessárias para que, até ao final de 2022, se proceda ao lançamento do concurso público internacional...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine.

**O Orador:** ...e à respetiva adjudicação. Estou a terminar, Sr. Presidente. E a incongruência é esta, é que o ponto 3 dessa resolução diz-nos: “a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicita à Assembleia da República que, durante a discussão na especialidade, sejam incluídos na proposta do Orçamento de Estado para 2022 as verbas necessárias ao início do processo e instalação de novo cabo submarino de telecomunicações entre os Açores e o continente”. Ou melhor, o que quer dizer aqui, e por aquilo que nós devemos neste...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ...projeto de resolução é que, ou seja, o que é que... por um lado, diz-me que o Orçamento de Estado para iniciar os procedimentos para inscrição nesta verba e, por outro, diz-me que o ponto em cima está aberto... para abrir o concurso público internacional. Ou seja...

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... ou bem uma coisa ou bem outra, acho que as duas não são...

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... utilizadas.

**Presidente da Assembleia:** Tem mesmo de terminar.

**O Orador:** Obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, senhores membros do Governo... o Sr. Presidente do Governo não está, senhores membros do Governo. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa! Não é por ser lançado o concurso público até ao final do ano que não deva estar as verbas no Orçamento de Estado já para o concurso público ser lançado já e ser efetuado ainda este ano! Pelo menos, até ao final do ano! Pelo menos, até ao final do ano fica resolvido! Mas como disse o Sr. Deputado Pedro Neves, o problema é precisamente este. E invocando um pouco da história para agradar ao Sr. Deputado Paulo Estevão, e correndo o risco de ser outra vez acusado de antinacionalista, eu remontaria à antiga Roma. Estamos perante mais um caso em que o Estado português não cumpre com os Açores. E remonto à antiga Roma para dizer o quê? Para citar um velho ditado romano: **Procrastinare lusitanum** est. É pena o Sr. Presidente do Governo não estar cá porque ele gosta das minhas citações em latim!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Faça favor.

(\*) **Deputado Joaquim Machado:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, senhores membros do Governo. Eu lamento ter de dizer ao Partido Socialista que esta espécie de mea culpa que aqui foi feita e deixada pelo Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes não deixa de ser politicamente revestida de hipocrisia. Porque, de facto, desde 2019 que o Governo da República vem escrevendo no Orçamento de Estado uma frase bonitinha a dizer que vai arrancar com o processo e, até hoje, se iniciou o processo. O Governo da República comprometeu-se no Orçamento de Estado de 2020 a lançar nesse ano o concurso, não lançou. Comprometeu-se a fazer a adjudicação do fornecimento das infraestruturas em 2021, não o fez. E no Orçamento de 2022 repete o texto de 2019 sem colocar lá 1,00€! É mais um exemplo da maneira madrasta como o Governo da República trata as Regiões Autónomas!

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** De que este é apenas um exemplo, a par da universidade, da vigilância do mar e de outros meios que impedem nas responsabilidades da República e que, infelizmente, aqui não têm tradução prática. Disse.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Este é mais um exemplo, como aqui já foi referenciado, da forma como o Estado não está, como a República, a acautelar os interesses da região.

Este é mais um exemplo...

**Deputado Vasco Cordeiro:** Não é verdade!

**O Orador:** ... de como os Açores têm vindo a ser prejudicadíssimos pela inação do Governo da República em que o Partido Socialista tem responsabilidades. É verdade, esta questão já deveria estar resolvida e já existiu esse compromisso, que foi assumido reiteradamente pelo Governo da República, tendo o Governo da República falhado em relação a esta questão! A verdade é esta! Esta e muitas outras! A verdade é que este Governo da República está a prejudicar gravemente os Açores!

**Deputado Vasco Cordeiro:** Não apoiado

**Deputado Berto Messias:** O senhor é que está a prejudicar São Jorge!

**O Orador:** Não apoiado! Bem, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, e a história dos corsários, já se esqueceu? E os corsários da República, quando o senhor tinha outras responsabilidades, em que o senhor dizia que estávamos a ser prejudicadíssimos! Tem um Ministro há pouco tempo a dizer-lhe que o senhor não estava a ter sucesso numa determinada matéria! É evidente, Sr. Deputado, que temos que ter aqui sentido de defesa da Região Autónoma dos Açores! E o Governo da República, que é da responsabilidade do Partido Socialista, está a prejudicar gravemente os interesses dos Açores! E começo a ficar muito, mas muito preocupado com a atitude centralista, com a atitude de ataque político à Região Autónoma dos Açores por parte deste Governo da República do Partido Socialista!

**Deputado não Identificado:** Não apoiado!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado Berto Messias:** Os senhores ainda não digeriram a derrota de janeiro!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Senhor deputado Carlos Furtado, faça favor.

(\*) **Deputado Carlos Furtado:** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. A nossa geração, especialmente nos últimos tempos, teve o amargo de boca de perceber que, efetivamente, situações que pensávamos que não iam existir ou que não eram suscetíveis de existir com a evolução que a nossa sociedade, a nossa civilização acabou por chegar lá, com experiências recentes que tivemos, ficamos a perceber que, afinal, o que dávamos por adquirido, afinal, não é. Tivemos uma pandemia no mundo inteiro, que há 3 anos ninguém pensava que o mundo parasse por força de uma pandemia! Parou. Estamos hoje a assistir, de uma forma que até nem gosto de dizer, mas a assistir a uma guerra na Europa, num povo irmão, uma situação de guerra que não estávamos a pensar que voltasse a existir na nossa civilização. Existe.

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine.

**O Orador:** A situação... já terminarei, Sr. Presidente. A situação do cabo submarino, obviamente, não é, nem de longe nem se perto, dramática como essas que acabei de referir. Mas tem uma situação em comum, é que pode acontecer. Pode acontecer exatamente aquilo que foi dito! De um momento ao outro podemos ficar sem esse privilégio, que é estarmos ligados ao mundo pelos meios que hoje nenhum de nós dispensa. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Senhor deputado Joaquim Machado, faça favor.

(\*) **Deputado Joaquim Machado:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores membros do Governo Regional. Só mesmo para concluir, depois de o Partido Socialista ter assumido que esta é uma matéria estratégica e prioritária, naturalmente que fica desafiado com a maioria absoluta que tem na Assembleia da República a resolver já no Orçamento de Estado...

**Presidente da Assembleia:** Agradeço que termine.

**O Orador:** ...este grave problema que impede sobre os Açores, que é de ficarmos sem telefone, sem telemóvel, sem televisão, sem Internet, sem qualquer tipo de comunicação, mesmo em situações de emergência! Disse!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente da Assembleia:** O Bloco de Esquerda ainda não usou da palavra! O Vílson está a pedir a palavra. Senhor deputado Wilson Gomes pede a palavra para...

**Deputado Vílson Ponte Gomes:** Uma interpelação, Sr. Presidente.

**Presidente da Assembleia:** Para uma interpelação. Tem a palavra. Faz favor.

(\*) **Deputado Vílson Ponte Gomes:** Sr. Presidente, eu queria perguntar à Mesa, atendendo à necessidade e à urgência do assunto, se a Mesa tem conhecimento se, até ao momento, o atual Governo Regional tem desenvolvido diligências junto do Governo da República em relação a essa matéria? Obrigado.

**Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas:** Não tem que desenvolver!

**Deputado Paulo Estêvão:** Mas por que é que não faz a pergunta ao Governo?

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Não tenho conhecimento, Sr. Deputado. Não tenho. Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(\*) **Deputada Alexandra Manes:** Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. É verdade que os atuais cabos submarinos encontram-se em fim de vida, tecnologicamente obsoletos e sabemos as consequências que poderão advir, caso não sejam substituídos.

O Bloco tem defendido aqui e na República a necessidade urgente de se substituir os cabos submarinos para as regiões autónomas.

**Deputado Joaquim Machado:** Quando estive no Governo da República não resolveu nada!

**A Oradora:** O grupo parlamentar na República tem questionado o Governo sobre o assunto, assim como já incluiu nas suas propostas para o Orçamento de Estado a necessidade de se efetuar esta substituição. Em janeiro deste ano, o Governo afirmou estarem reunidas as condições para iniciar a substituição destes cabos. Agora falta passar das palavras às ações e efetivar essa substituição essencial para a nossa região. Esperando o Bloco de Esquerda que o Governo na República não faça o mesmo que o então anterior Governo deixou fora do anel da fibra ótica as Flores e o Corvo, o Bloco de Esquerda acompanhará este projeto de resolução para que se concretize o mais brevemente possível esta vital substituição.

**Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas:** O Eng.º João Cravinho!

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Onde é que está a assinatura?

**Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas:** O Eng.º João Cravinho!

**Deputado Vasco Cordeiro:** Inscreva-se, Sra. Secretária, tem 2 minutos!

**Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas:** O Eng.º João Cravinho!

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação deste projeto de resolução. Vamos então votar o projeto de resolução nº 112/XII. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** O projeto de resolução 112/XII foi aprovado por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Secretário. Senhor deputado Miguel Costa, pede a palavra para...?

**Deputado Miguel Costa:** Sr. Presidente, para uma interpelação.

**Presidente da Assembleia:** Faz favor. Tem a palavra para uma interpelação.

(\*) **Deputado Miguel Costa:** É uma interpelação, Sr. Presidente, que não está prevista no regimento. Sem grande despedida, até porque me falta o jeito e a semana já vai longa, e de forma curta e direta, apenas digo que foi uma honra fazer parte deste grupo parlamentar do Partido Socialista, ser deputado desta casa e, acima de tudo, servir a minha ilha, os Açores e os açorianos. Muito obrigado.

*(Aplausos de pé do PS, aplausos dos restantes deputados e Governo)*

**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Em nome deste parlamento, agradeço-lhe todo o serviço que prestou enquanto deputado e noutras funções públicas também à nossa região e naturalmente que esta não é uma despedida, porque vossa excelência é muito novo para fazer despedidas e, portanto, vamo-nos encontrar, com certeza, por aí. Desejo-lhe as maiores felicidades.

**Deputado Miguel Costa:** Obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Senhor deputado Paulo Estevão, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Sr. Presidente, começo por lhe pedir desculpa por falar depois de si...

**Presidente da Assembleia:** Não tem problema, Sr. Deputado.

**O Orador:** ...mas eu, até hoje, tive sempre uma palavra para todos os deputados que abandonam este parlamento, faço sempre e vou continuar a fazer. Eu quero ter uma palavra com o Sr. Deputado Miguel Costa, já sei que vou ser alvo de alguns artigos de opinião, como da última vez, mas, Sr. Deputado Miguel Costa, foi uma honra ter participado em tantos debates ao longo de todos estes anos aqui consigo, algumas vezes sabe que tivemos debates bastante acalorados, mas eu conheço a vossa excelência uma capacidade extraordinária do ponto de vista político e também, por que não

dizê-lo, também a sua forma também de debater, que foi sempre uma forma muito construtiva e com muita participação de todos. Teve também oportunidade de participar e de liderar comissões de forma exemplar. Por isso, eu quero deixar-lhe aqui a minha homenagem, desejar-lhe as maiores felicidades na sua vida profissional. Este desejo é absolutamente honesto, e dizer-lhe o seguinte, deixar-lhe um desafio, Sr. Deputado: nós precisamos de empresas de construção civil na ilha do Corvo, portanto, tem ali um mercado muito apetecível, espero que comece a investir na ilha do Corvo. Temos que reconstruir aquela vila. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Proposta de deliberação: a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare fim do período legislativo de abril. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário da Assembleia:** A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

**Presidente da Assembleia:** Estão encerrados os nossos trabalhos. Boa tarde a todos e bom regresso.

*Eram 17 horas e 55 minutos.*

**Deputado que faltou à sessão:**

*Partido Socialista (PS)*

**João Vasco Pereira da Costa**

(\*) Texto não revisto pelo orador

**Documentos entrados na sessão**

**Listagem da correspondência.**

**1- Projetos de Resolução:**

**N.º 109/XII**

**Assunto:** [Pela concretização do Projeto da Marina da Barra na Ilha Graciosa](#)

**Proveniência:** PS

**Data de Entrada:** 2022 – 04 – 18

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2022 – 05 – 19;

**N.º 111/XII**

**Assunto:** [Recomenda ao Governo Regional dos Açores a integração no domínio público regional dos terrenos e imóveis do denominado e extinto Polígono de Acústica Submarina dos Açores \(PASA\)](#)

**Proveniência:** IL

**Data de Entrada:** 2022 – 04 – 18

**Comissão:** -----

**URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO**

**N.º 112/XII**

**Assunto:** [Instalação do novo cabo submarino de telecomunicações entre os Açores e o Continente](#)

**Proveniência:** PSD/CDS-PP/PPM

**Data de Entrada:** 2022 – 04 – 20

**Comissão:** -----

**URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO**

**2- Requerimentos:**

**Assunto:** [Unidade de Saúde da Ilha do Faial sem Direção Clínica](#)

**Autores:** Tiago Branco, Ana Luís e Tiago Lopes (PS)

**Data de Entrada:** 2022 – 04 – 19

**Referência:** 54.02.07 – N.º 349/XII;

**Assunto:** [Falha no transporte de mercadorias para a ilha das Flores](#)

**Autores:** José Eduardo, Vasco Cordeiro, Andreia Costa, Sandra Faria e Miguel Costa (PS)

**Data de Entrada:** 2022 – 04 – 20

**Referência:** 54.02.08 – N.º 350/XII.

### 3- **Respostas a Requerimentos:**

**Assunto:** [Problemas nas instalações da Escola Luísa Constantina](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2022 – 04 – 19

**Referência:** 54.06.02 – N.º 318/XII;

**Assunto:** [Fim do voo SATA ao domingo para a ilha do Corvo](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2022 – 04 – 19

**Referência:** 54.02.09 – N.º 334/XII;

**Assunto:** [Procedimentos concursais na Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2022 – 04 – 19

**Referência:** 54.09.00 – N.º 339/XII;

**Assunto:** [Critérios que determinam os valores definidos de TF e CTk nas fórmulas de avaliação do preço máximo de fornecimento do fuelóleo](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2022 – 04 – 20

**Referência:** 54.06.00 – N.º 332/XII.

#### **4- Informações:**

**Assunto:** Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 104/XII - Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o reforço dos meios e ações de fiscalização da Subárea dos Açores da Zona Económica e Exclusiva

**Proveniência:** Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

**Data de Entrada:** 2022 – 04 – 18;

**Assunto:** Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o adiamento da Sessão de Perguntas ao Governo Regional com a resposta oral

**Proveniência:** Nuno Barata, Representação Parlamentar do IL

**Data de Entrada:** 2022 – 04 – 18;

**Assunto:** Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a passagem ao regime de não exclusividade com produção de efeitos a partir do dia 14 de abril de 2022

**Proveniência:** Miguel Costa, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

**Data de Entrada:** 2022 – 04 – 19;

**Assunto:** Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

**Proveniência:** Miguel Costa, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

**Data de Entrada:** 2022 – 04 – 19;

**Assunto:** Informação enviada a Sua Excelência o Presidente da ALRAA dando nota da suspensão do mandato e correspondente substituição de Deputado, pelo período de 12 meses, com produção de efeitos a partir do dia 1 de maio de 2022 (inclusive), nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados da ALRAA, tendo em conta a tomada de posse como Deputado na Assembleia da República

**Proveniência:** Miguel Costa, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

**Data de Entrada:** 2022 – 04 – 19;

**Assunto:** Pedido de prorrogação da suspensão de mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, a partir do dia 19 de abril de 2022 (inclusive), por um período de 30 dias

**Proveniência:** Iasalde Nunes, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

**Data de Entrada:** 2022 – 04 – 22.

## **5- Relatórios:**

**Assunto:** [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**Data de Entrada:** 2022 – 04 – 19.

**Assunto:** [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão Especializada Permanente de Política Geral

**Data de Entrada:** 2022 – 04 – 19.

**Assunto:** [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** [Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais](#)

**Data de Entrada:** 2022 – 04 – 19.

**Assunto:** [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão Especializada Permanente de Economia

**Data de Entrada:** 2022 – 04 – 20.

## **6- Diários:**

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 51, 52, 53, 54, 55, 56 e 57 e as Separatas n.ºs 16, 17, 18 e 19.

**Transcrição efetuada por empresa externa**